

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

Militarização da vida e trabalho profissional:

reflexões sobre o impacto na saúde dos/das assistentes sociais a partir do
estágio supervisionado numa organização não governamental situada no
Complexo da Maré

THAYNÃ REGINA DE CENA SILVA

RIO DE JANEIRO

2024

THAYNÃ REGINA DE CENA SILVA

Militarização da vida e trabalho profissional:

reflexões sobre o impacto na saúde dos/das assistentes sociais a partir do estágio supervisionado numa organização não governamental situada no Complexo da Maré

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Fernanda Kilduff.

RIO DE JANEIRO
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH
Escola de Serviço Social - ESS

ATA- BANCA EXAMINADORA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

| | |
|--|----------------|
| Estudante: Thaynã Regina de Cena Silva | DRE: 117143438 |
|--|----------------|

Título do TCC: Militarização da vida e trabalho profissional: reflexões sobre o impacto na saúde dos/das assistentes sociais a partir do estágio supervisionado numa organização não governamental situada no Complexo da Maré

Composição da banca

Presidente da banca/orientador(a): Profª. Fernanda Kilduff

Documento assinado digitalmente

Assinatura:  FERNANDA KILDUFF
Data: 18/12/2024 14:46:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Membro da banca: A.S Dayana Souza

Documento assinado digitalmente

Assinatura:  DAYANA CHRISTINA RAMOS DE SOUZA JULIANE
Data: 19/12/2024 07:24:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura: _____

Membro da banca: Profª Fernanda Vieira

Documento assinado digitalmente

Assinatura:  FERNANDA MARIA DA COSTA VIEIRA
Data: 19/12/2024 08:42:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura: _____

Membro da banca: Profª Kátia M

Documento assinado digitalmente

Assinatura:  KATIA SENTO SE MELLO
Data: 19/12/2024 10:49:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura: _____

Parecer:

| | | |
|---|---|---------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> APROVADO* | <input type="checkbox"/> APROVAÇÃO CONDICIONADA** | <input type="checkbox"/> REPROVADO*** |
|---|---|---------------------------------------|

* RECOMENDA PUBLICAÇÃO NA BASE PANTHEON

Data de realização da banca

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFRJ?

17 12 2024

(X) SIM () NÃO

** Em caso de "aprovação condicionada", pontue as indicações da banca para o TCC, em parecer.

*** Em caso de "reprovação" pontue as indicações da banca para o TCC e indique uma nova data para a realização de nova banca, em parecer.

OBSERVAÇÕES

ESS ESCOLA DE
SERVIÇO SOCIAL
UFRJ

Av. Pasteur, nº 250 – Campus Praia Vermelha, Praia Vermelha -
Rio de Janeiro, RJ - CEP 22290-240 Telefone: (21) 3938-5380 5432/ www.ess.ufrj.br

CIP - Catalogação na Publicação

S586m Silva, Thaynã Regina de Cena
Militarização da vida e trabalho profissional:
reflexões sobre o impacto na saúde dos/das
assistentes sociais a partir do estágio
supervisionado numa organização não governamental
situada no Complexo da Maré / Thaynã Regina de Cena
Silva. -- Rio de Janeiro, 2024.
63 f.

Orientador: Fernanda Kilduff.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de
Serviço Social, Bacharel em Serviço Social, 2024.

1. Serviço Social. 2. Militarização . 3. Segurança
Pública. 4. Saúde Mental. 5. Maré. I. Kilduff,
Fernanda, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS:

Primeiramente a Deus, por me permitir finalizar essa jornada desafiadora.

A minha família, meus pais Terezinha e Reginaldo e minha irmã Thaynara, por sempre me apoiarem e incentivarem.

A minha orientadora Fernanda Kilduff, pela parceria, por acreditar no meu potencial e todo auxílio durante a construção dessa pesquisa, com toda sua disponibilidade, compreensão e leveza que ajudaram nesse momento.

A minha supervisora do estágio Dayana Souza, por todo aprendizado ao longo do estágio.

Aos meus professores da UFRJ, em especial as professoras Leile Teixeira e Mossicléia Mendes, pelas aulas de OTP.

As assistentes sociais que aceitaram participar das entrevistas, que contribuíram para elaboração desse trabalho de conclusão de curso.

Aos meus companheiros de estágio Jomar e Júlio, pela troca e aprendizado ao longo do estágio.

RESUMO

SILVA, Thaynã Regina de Cena. **Militarização da vida e trabalho profissional:** reflexões sobre o impacto na saúde dos/das assistentes sociais a partir do estágio supervisionado numa organização não governamental situada no Complexo da Maré. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social), Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

O presente trabalho tem como objetivo, analisar o processo de adoecimento e sofrimento psíquico em profissionais que trabalham em locais marcados pela violência armada, causadas pelos grupos civis locais e pelos agentes do Estado, que recorrem a política do combate da “guerra às drogas” como motivador para entrarem no território de forma violenta e militarizada. Utilizando a Maré como cenário, de modo a refletir sobre a precarização causada pelo neoliberalismo, assim como a exploração do trabalho e a violência como mecanismo de controle da população que mora nas favelas, legitimando sua atuação de combate nos recortes de classe, gênero e raça. Para esse entendimento, foi necessário a utilização de dados, reportagens, livros e artigos para a análise do processo saúde-doença e militarização da segurança pública do Rio de Janeiro, assim como entrevistas com assistentes sociais que trabalham no território para refletir sobre o impacto desses confrontos armados na vida profissional e pessoal das mesmas. Desse modo, foi evidenciado que é na pandemia de Covid-19 que o adoecimento recebe espaço para discussão, assim como as diversas formas de violência e precarização das condições de vida, em um território no qual a segurança pública militarizada usa seu aparato bélico, sua política de extermínio e criminalização da pobreza, contribuem para um sofrimento psíquico dessa população. E cabe destacar a importância das entrevistas como pesquisa de campo para o desenvolvimento desse trabalho e das instituições próprias do Complexo da Maré que produzem conteúdo próprio sobre as dezesseis favelas.

Palavras-chave: Serviço Social; Saúde mental; Trabalho; Segurança pública; Militarização.

ABSTRACT

SILVA, Thaynã Regina de Cena. **Militarization of life and professional work:** reflections on the impact on the health of social workers from the supervised internship in a non-governmental organization located in Complexo da Maré. Course Completion Work (Graduation in Social Service), School of Social Service, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

The present work aims to analyze the process of suffering and psychological distress in professionals who work in places marked by armed violence, caused by local civil groups and State agents, who resort to the policy of combating the “war on drugs” as a motivation to enter territory in a violent and militarized way. Using Maré as a scenario, in order to reflect on the precariousness caused by neoliberalism, as well as the exploitation of work and violence as a mechanism for controlling the population living in the favelas, legitimizing their combat actions in terms of class, gender and race. For this understanding, it was necessary to use data, reports, books and articles to analyze the health-disease process and militarization of public security in Rio de Janeiro, as well as interviews with social workers who work in the territory to reflect on the impact of these armed confrontations in their professional and personal lives. In this way, it was evidenced that it is in the Covis-19 pandemic that illness receives space for discussion, as well as the various forms of violence and precarious living conditions, in a territory in which public security militarized use of its war apparatus, its policy of extermination and criminalization of poverty, contribute to the psychological suffering of this population. And it is worth highlighting the importance of interviews as field research for the development of this work and of Complexo da Maré’s own institutions that produce their own content about the sixteen favelas.

Keywords: Social Service; Mental Health; Work; Public security; Militarization.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO..... | 8 |
| 1. NEOLIBERALISMO, PROCESSOS DE TRABALHO E ADOECIMENTO... | 14 |
| 1.1. ADOECIMENTO E CONDIÇÕES DE VIDA DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL..... | 23 |
| 2. MILITARIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA COM FOCO NA MARÉ..... | 27 |
| 2.1. ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS DA LETALIDADE DAS AÇÕES DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA DESDE O PONTO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL QUE TRABALHAM E/OU VIVEM NA MARÉ..... | 35 |
| 3. IMPACTOS NA SAÚDE DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS EM UMA INSTITUIÇÃO DO COMPLEXO DA MARÉ..... | 43 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 57 |
| REFERÊNCIAS..... | 59 |
| APÊNDICE | 63 |
| 6.1. APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DAS ENTREVISTA..... | 63 |

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso (TCC), busca fornecer reflexões sobre o trabalho do/da assistente social em espaços marcados pela violência armada e violação de direitos, afetando seu cotidiano de trabalho e causando impactos na saúde mental do profissional.

Dito isso surgem as seguintes questões: como o profissional atua nas expressões da questão social perpassadas por diversas formas de violência (sexual, moral, física, psicológica) e sobre as consequências físicas, materiais e mentais na vida de usuários/as em espaços e territórios que também são marcados pela violência do Estado? Como fazer um trabalho de qualidade com as/os usuárias/os quando as manifestações da questão social também afetam diretamente esses profissionais? Como o Estado utiliza a violência para controle social e criminalização da pobreza?

A experiência de estágio obrigatório, realizado em uma das 16 favelas que compõem o Complexo da Maré, precisamente na Nova Holanda, de Setembro de 2022 até Julho de 2024, foi o grande motivador para o desenvolvimento desse trabalho de conclusão de curso. O território é marcado por diversas formas de violências, sendo uma das suas expressões: os confrontos entre grupos armados locais e enfrentamentos com agentes do Estado. Diante dessa realidade, a população local e serviços presentes na comunidade sofrem com a paralisação de suas atividades, pessoas não conseguem ir ou vir dos seus trabalhos, crianças e jovens ficam sem aula, as clínicas da família são fechadas, assim como as Ongs presentes. Como esse cenário não prejudica aqueles que atuam na ponta? A preocupação pela segurança física principalmente dos moradores, atinge os diversos profissionais que atuam no território. Assim, esse cenário de militarização afeta a saúde mental de todos que têm seu dia a dia na comunidade, sejam moradores, trabalhadores e/ou profissionais que todos os dias realizam seu trabalho na Maré.

Cabe salientar que muitos funcionários da ONG são moradores da Maré, o que facilita a proximidade com as/os usuárias/os, pois é uma instituição que

fornece esportes para crianças, adolescentes e jovens dos 4 aos 29 anos, com atuação de mais de vinte anos no território, possui uma extensa rede de articulação incluindo órgãos públicos, como o Conselho Tutelar. A equipe conta com cinco assistentes sociais, todas mulheres, três delas são moradoras da Maré e possui uma equipe multidisciplinar que possui duas psicólogas, também mulheres.

O neoliberalismo é um conceito político que retoma alguns conceitos do liberalismo, como a intervenção mínima do Estado na área social, o que resulta em políticas sociais focalizadas e precarizadas, dificultando o acesso da classe trabalhadora a serviços públicos devido ao desmonte e sucateamento dos serviços, dificultando o trabalho da/do assistente social

Tendo como cenário o Complexo da Maré, localizado entre Linha Vermelha, Linha Amarela e Avenida Brasil, possui 'limites invisíveis' no qual o território se divide em três grupos caracterizados por ações ilegais vinculado à comercialização de drogas: dois grupos de narcotráfico (Comando Vermelho e Terceiro Comando Puro) e um grupo de milicianos.

Além da disputa territorial entre esses grupos locais, moradores e profissionais, sofrem com a intervenção violenta dos agentes do Estado que utilizam a violência armada como “desculpa” para o dito combate ao tráfico de drogas, mas a intervenção do Estado possui direcionamento de controle de classe, raça e gênero bem definidos.

Considerando que o processo saúde-doença é uma consequência do desenvolvimento social e que o modelo de produção Capitalista com sua relação capital-trabalho explora a população apta ao trabalho a ponto de levá-la ao adoecimento, o terrorismo do Estado nos espaços de favela acarreta diversos traumas nos moradores. Crianças, adolescentes, adultos e população idosa crescem num local no qual a violação de direitos é algo recorrente e cotidiano.

De acordo com dados da Redes da Maré, no seu boletim: Direito à segurança pública na Maré no ano de 2023¹, ocorreram 34 operações policiais, 14 mortes por arma de fogo (8 mortes decorrentes de operações policiais e 6

¹ Disponível em: :

https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/boletim_dados_2023.pdf

Acesso em: 5 set. 2023.

decorrentes de ações dos grupos armados locais), 25 dias sem aulas no território (que possui aproximadamente 20 escolas e 8.100 alunos) e 26 dias sem atendimentos nas unidades de saúde do território. Também ocorreram: 9 casos de feridos, 9 casos de tortura, 19 casos de violência física, 15 casos de violência psicológica, 12 casos de violência verbal, 58 domicílios invadidos, 40 alegações de danos ao patrimônio.

Com o aval dos governos estadual e federal, que utilizam os agentes do Estado como ferramenta, a criminalização da pobreza e a militarização dos territórios de favela tem como consequência a morte principalmente de corpos negros que são alvos de uma política de extermínio.

Analisando o sucateamento das políticas sociais e a precariedade das condições trabalhistas, que estão sendo deterioradas como mecanismo de controle e alienação da classe trabalhadora pelo capital, as conquistas trabalhistas adquiridas através de muita luta da classe trabalhadora, agora assiste essa perda gradativa com o aumento dos trabalhos terceirizados e sem vínculo empregatício, principalmente após a recente reforma da previdência, prejudicando suas condições de vida.

Dito isso, o objetivo geral deste TCC é refletir sobre os impactos na saúde das (os) assistentes sociais que desenvolvem seu trabalho em contextos de militarização da vida e da política de extermínio utilizada pelo Estado via Segurança Pública, utilizando como motivador as violações presentes no território e as dificuldades internas e externas para execução do trabalho dos profissionais presentes, com as diversas manifestações das expressões da questão social.

A metodologia utilizada para a construção deste TCC, será realizada através de uma pesquisa bibliográfica e documental como: livros, artigos, textos acadêmicos, reportagens, trabalhos de disciplinas ao longo do curso e pesquisa de campo, realizada em dois dias no mês de julho deste ano, na qual cinco assistentes sociais, que trabalham no território, foram entrevistadas. Essas entrevistas foram realizadas a partir da construção de confiança, no decorrer dos dois anos de estágio obrigatório, no qual as mesmas relataram suas experiências.

Segundo Asa Cristina Laurell (1982, p.3): “A melhor forma de comprovar

empiricamente o caráter histórico da doença não é conferida pelo estudo das suas características nos indivíduos, mas sim quanto ao processo que ocorre na coletividade humana”, ou seja, o processo de adoecimento não é algo causado individualmente e sim uma das consequências de uma sociedade construída por violações principalmente da classe mais pobre.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), em um mapeamento realizado em 2017, o Brasil tem a maior população ansiosa do mundo, e em reportagem ao G1², especialistas entrevistados pela BBC Brasil indicaram como principais causas os elevados índices de desemprego, mudanças na economia e falta de segurança pública.

Com esse cenário de insegurança pública (na qual a mesma é falha para a classe trabalhadora mas cumpre o que é planejado pela classe dominante), territórios com cotidiano de violência armada e violações, em que as favelas são consideradas como parte não desejável da cidade e expressões como direito e segurança não são garantidas aos moradores desses espaços, doenças como ansiedade e depressão são cada vez mais comuns entre as mídias, assim como também as péssimas condições de vida, falta de perspectiva e melhoria nas condições de trabalho, e no caso dos moradores de favelas, saber se estarão vivos ao final dos confrontos armados que os mesmos presenciam, mesmo a segurança sendo um direito garantido na Constituição de 1988, ela não existe na cidade do Rio de Janeiro e a saúde mental de um trabalhador que sai ou chega para trabalhar na Nova Holanda, por exemplo, é precária pois sabe que a qualquer momento - na sua entrada ou saída da favela - pode ocorrer um confronto armado. Assim, os trabalhadores estão em constante estado de alerta: andar sempre na calçada para entrar em alguma loja se acontecer algo, observar se tem ou não barricadas, verificar como estão as bocas de fumo.

Dito isso, quando iniciei meu estágio, uma das primeiras coisas que aconteceram foi me colocarem no grupo de mensagens no celular, um grupo de segurança no qual é avisado quando tem operação na Maré, também recebi um “manual de regras” para quem não é do território: tem que entrar com a

² Disponível em:

<https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/02/27/por-que-o-brasil-tem-a-populacao-mais-ansiosa-do-mundo.ghtml> Acesso em: 10 nov.2023.

blusa da instituição, não pode entrar na favela com celular em mãos, não usar óculos escuros. Essas situações causam grande ansiedade antes de nos acostumarmos, pois parece que estamos em espaços que são fora da cidade, no qual a lei funciona de forma muito diferente.

De acordo com Rachel Gouveia (2021), em um artigo escrito para *Le Monde diplomatique Brasil*: “A banalização da vida, a naturalização do sofrimento e a intensificação do adoecimento são estratégias para a perpetuação da exploração e das opressões de gênero, raça/etnia, sexualidade.” O capitalismo se baseia na exploração da classe trabalhadora, toda a violação e retirada de direitos é justamente para garantir que suas intensas investidas na alienação dos indivíduos permaneça.

Com isso, em contexto neoliberal, o Estado se abstém da sua responsabilidade de ofertar de modo suficiente e de qualidade, as políticas públicas para a população:

Em outras palavras, a negação das possibilidades de realizar escolhas concretas e subjetivas ocasiona sofrimento e pode levar ao adoecimento. Não ter um salário digno, condições de moradia e saneamento básico, alimentação adequada, transporte público, lazer e cultura, saúde, educação etc. impacta na existência dos indivíduos podendo ocasionar tristeza, angústia, insônia, irritabilidade, ansiedade e outros sentimentos que prejudicam o bem-estar em sua integralidade. (Gouveia, 2021, s.p.)

Se analisarmos o sucateamento das políticas voltadas para a população e a falta de segurança pública no estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que o adoecimento atual é causado pelas precárias condições de vida e trabalho, o salário mínimo, pra quem tem carteira assinada, não supre todas as necessidades básicas restando apenas a sobrevivência para aqueles que dependem dele, os recorrentes casos de violência pela cidade causam insegurança e o atual governo de Cláudio Castro, ainda mantém sua política de extermínio nas favelas, negando a existência de outros espaços em que ocorrem diversos outros crimes mas não recebem atenção como nesses espaços. Todo esse cenário impacta diretamente a atuação profissional da/do assistente social, mesmo sendo uma/um profissional que trabalha na garantia de direitos e com todo seu arcabouço teórico, é afetado tanto como profissional que atua na ponta como classe trabalhadora, que também sofre com os impactos de uma sociedade desigual, o que compromete sua atuação prática,

causando sofrimento psíquico e outras formas de adoecimento.

Para Rodrigo Castelo, o Estado na sociedade capitalista tem suas funções bem nítidas:

No Estado ampliado neoliberal, as políticas econômicas, sociais, geopolíticas e de segurança operam conjuntamente, dentro de uma lógica totalizante, a favor do aumento da extração do mais-valor produzido pela força de trabalho, no atendimento minimalista de necessidades humanas, no apassivamento das lutas populares e na criminalização - e até mesmo militarização - da 'questão social' e das organizações mais radicais de esquerda. (Castelo, 2017, p.63)

No capitalismo, esse constante surgimento de casos de adoecimento tanto físico como mental, é vantajoso para a manutenção desse modo de produção, assim mais indivíduos serão mantidos nessa escala de exploração constante, com o mínimo de respostas que possa oferecer as demandas da classe trabalhadora, até o momento em que as consequências desse sistema sejam banalizadas, como todos os problemas que o capital se isenta da responsabilidade, e tratadas como problema individual quando claramente é algo coletivo e precisa de estratégias coletivas para seu combate.

Após essa breve apresentação e problematização do tema deste trabalho de conclusão de curso, a proposta é no primeiro capítulo, problematizar o contexto neoliberal, os processos de trabalho e adoecimento, analisando os impactos do neoliberalismo nas políticas sociais e exploração do trabalhador causando o adoecimento dos indivíduos com a precarização das condições de vida.

O segundo capítulo apresentará um debate sobre a militarização da segurança pública no Rio de Janeiro, com foco na Maré, demonstrando como a política do governo busca o extermínio da população de favela e comanda todo um esquema de “guerra às drogas”.

No terceiro e último capítulo, será debatido os impactos na saúde das/dos assistentes sociais que trabalham nesta instituição do Complexo da Maré, durante o período do meu estágio, demonstrando como esse cenário de violência impacta a vida pessoal e também no exercício profissional.

1 NEOLIBERALISMO, PROCESSOS DE TRABALHO E ADOECIMENTO

O Neoliberalismo é uma ideologia social, econômica e política que surge como reação ao Estado intervencionista de “bem-estar social” e à política keynesiana característica da chamada época de ouro do capitalismo. Sua origem remonta ao texto “O Caminho da Servidão” de Friedrich Hayek de 1944, trazendo ideias liberais as quais o autor defende, cuja centralidade estava na crítica à regulação e intervenção do Estado na economia. Embora estas ideias emergirem no contexto da segunda guerra mundial, elas foram colocadas em prática a partir da crise capitalista da década de 1970, momento em que este modo de produção se encontrava em uma longa e profunda recessão, combinando baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação. Neste sentido, Hayek, explicava que a crise devia-se, entre outros motivos, ao poder excessivo dos sindicatos, através do movimento operário, que pressionava o Estado a despendar “grandes” gastos sociais em políticas sociais:

Hayek e seus companheiros argumentam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentam que a desigualdade era um valor positivo - na realidade imprescindível em si - pois disso precisavam as sociedades ocidentais. (Anderson, 2008, p.9)

Deste modo, como exposto por Cabral (2023), o neoliberalismo surge como resposta à crise do capitalismo contemporâneo iniciada na década de 1970 nos países capitalistas centrais, após três décadas de crescimento e acumulação³. “As ondas longas expansivas” do capitalismo, (termo cunhado pelo economista Mandel), chegam ao fim, com redução da taxa de lucro, dando lugar à reconfiguração do Estado na economia, bem como sua intervenção no social, tecendo novas estratégias para continuar o seu movimento de expansão e acumulação.

³ O período de 1945-1975 ficou conhecido como os trinta anos gloriosos do capitalismo. O modelo de organização da economia, sobretudo nos países da Europa ocidental, sustentado nas ideias keynesianas buscava diminuir a desigualdade social, com políticas de fomento ao pleno emprego, para que a classe trabalhadora assalariada tivesse condições de produzir e consumir e assim dinamizar a economia, saindo do ciclo recessivo.

Para Anderson (1995), a resposta dos neoliberais à crise dos anos 1970 esteve centrada em manter um Estado forte para desestabilizar a classe trabalhadora, recuperar o controle político e econômico e alcançar uma “estabilidade” financeira. Assim, com a “crise estrutural do capitalismo tardio” (Mandel, 1982), a partir de 1972/73, se esgota o padrão de desenvolvimento sustentado no modelo fordista.

De acordo com Netto e Braz (2006, p. 48), a crise estrutural “levou o capital monopolista a um conjunto articulado de respostas que transformou largamente a cena mundial: mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais foram postas em prática (...).”

Assim, nesta mesma direção, para Leher (2010, apud Cabral, 2023), os neoliberais utilizam a crise do capital, como forma de culpar os gastos excessivos que o Estado tem com as políticas sociais. Dessa forma, as políticas sociais vão gradualmente adotando formatos focalizados e privatistas, devido à normalização da pobreza, na qual o Estado elabora mecanismos apenas para sua contenção.

Ao continuar nos debruçando sobre os fundamentos do Neoliberalismo, concordamos com a seguinte conceituação:

O neoliberalismo é o corolário da reação burguesa à sua própria crise e tem como eixo central uma forte ofensiva sobre os trabalhadores, tendo em vista a extração do mais valor em condições ótimas ao redor do mundo, em especial nos países dependentes, em busca do diferencial de produtividade do trabalho (Mandel, 1982) e onde a regra é a superexploração da força de trabalho (Behring, 2018 apud Cabral, 2023, p.13).

Com isso, essa reestruturação capitalista mundial teve e continua tendo como objetivo diminuir os custos diretos e indiretos da força de trabalho. Assim, o Estado cria mecanismos para explorar ainda mais a classe trabalhadora. Ressalta Filho (2009, apud Cabral, 2023, p.14): “em essência, o neoliberalismo é baseado no uso sistemático do poder do Estado, sob o véu ideológico da não-intervenção”.

Para Netto e Braz (2012), a ideologia neoliberal possui características conservadoras, suas perspectivas sobre os indivíduos, a sociedade e a liberdade, se apresentam de forma a considerar que o ser social é calculista e competitivo, a sociedade é a forma necessária para que a desigualdade se

manifeste e assim possa ser desenvolvida a propriedade privada e a liberdade (relacionada com o mercado).

Dessa forma, a ideologia neoliberal incentiva o rompimento do Estado com suas funções sociopolíticas, pois o mesmo é apresentado de forma negativa e com isso precisa passar por reformas, porém essa reforma perde sua característica de ampliação de direitos: *“...sob o rótulo de reforma(s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco processo de contra-reforma(s), destinado a supressão ou redução de direitos e garantias sociais.”* (Netto e Braz, 2012, p.239).

Entre as determinações do neoliberalismo, também podemos mencionar a ampliação do processo de financeirização do capital, que é resultante da superacumulação e queda das taxas de lucro, caracterizada como uma especulação pois não corresponde a valores reais, no qual o capital fictício (como as ações e fundos de investimentos, por exemplo) retiram ganhos em valores imaginários, que são descobertos apenas nas crises, evidenciando que é na produção que o valor é gerado e não na circulação.

Como anteriormente desenvolvido, corroborando as transformações que ocorrem na sociedade nesse bojo, um elemento importante deste processo é a chamada “acumulação flexível”, conceito cunhado por David Harvey, que o caracteriza como:

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fortalecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (Harvey, 2016, p.140 apud Cabral, 2023, p.15).

De acordo com Castelo (2017), na particularidade de Brasil, a Constituição de 1988, foi um contrato que apresentou conquistas tanto das classes dominantes quanto das classes trabalhadoras, que se mobilizaram nas ruas e fábricas. Mas, mesmo com a vitória para os trabalhadores, a classe dominante conseguiu implementar suas pautas neoliberais. Para o autor, Estado e capital possuem interesses em comum: *“Somente no plano da aparência, política e economia podem ser separadas: Estado e capital estão imbricados sob a hegemonia de diferentes frações das classes dominantes ao longo do tempo.”* (Castelo, 2017, p. 62).

Ainda analisando a crise do capital, no caso do Brasil, com a implementação neoliberal iniciada na década de 1990, por ser uma país dependente das economias centrais, não ocorreu o desmonte das políticas de bem-estar social presente nos países centrais e sim um agravamento das expressões da questão social, devido sobretudo às tentativas de sucessivos governos (até os dias atuais), apesar das conquistas constitucionais, de desestruturação e desfinanciamento das políticas da Seguridade Social destinadas à reprodução da classe trabalhadora

Posto isso, no Brasil, como resposta à crise enfrentada, o Estado implementa de forma permanente uma redução de gastos públicos e aumento de privatizações de empresas e bens públicos, como também se estabelece promovendo políticas de desemprego criando um exército industrial de reserva pois o capital precisa desses indivíduos fora do mercado de trabalho para que sejam utilizados para rebaixar o poder de negociação (por salários e melhores condições de trabalho) do setor da classe trabalhadora inserido no mercado de trabalho. Por sua vez, o Estado se mostra presente para os mais pobres e miseráveis apenas com políticas sociais descentralizadas, focalizadas e privatizadas:

Na década de 1980, enquanto os países centrais assistiam o avanço da hegemonia neoliberal, o Brasil experimentava um pacto social democrático que se explicitou na Constituição de 1988, que nasceu sob o signo de uma forte contradição. A experiência em torno de um denso processo de democratização da sociedade obstaculizou a aceitação dos pressupostos neoliberais (Alencar, 2009, p.5)

Dito isso, apesar das resistências, o neoliberalismo inicia sua implementação no Brasil no governo Collor e se consolida no governo de Fernando Henrique Cardoso, que executa um programa de ajustes fiscais permanentes, promove processos de reestruturação produtiva, e intensifica mecanismos de financeirização do capital, defendendo a existência de um mercado livre no qual supostamente se desenvolveria um crescimento econômico. O objetivo das políticas do governo de Fernando Henrique Cardoso foi a abertura do capital estrangeiro, privatização de empresas estatais, terceirização e demissão de trabalhadores. Cabe destacar que estas políticas foram aprofundadas nos governos de Lula e posteriormente nos de Dilma,

como também pelo governo golpista de Temer sendo continuadas e também intensificadas no (des)governo Bolsonaro.

Analisando a conjuntura, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2006-2010), no seu primeiro mandato, retoma algumas características do segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso, priorizando a hegemonia do capital financeiro, mantendo os interesses dos bancos e fundos nacionais, assim como dos investidores internacionais. Para Boito Jr. (2006), o governo Lula apresenta três aspectos do projeto Neoliberal: a hegemonia política do capital financeiro, política de privatização e a abertura comercial junto com desregulamentação financeira.

Assim, foi mantida a desregulamentação das condições de trabalho, redução dos salários, baixos investimentos em gastos sociais e foi realizada uma nova reforma previdenciária. As privatizações foram mantidas, suspendendo as vendas de estatais, mas incentivando parcerias de instituições privadas com o setor público, mantendo os interesses do grande capital. O governo Lula é caracterizado pela implementação de programas de transferência de renda e políticas compensatórias, como o Bolsa Família.

O governo ilegítimo de Michel Miguel Elias Temer Lulia (2016-2018), ocorreu após o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, durante seu segundo mandato, no qual o país passava por uma crise econômica que fortaleceu a oposição resultando em um golpe no qual o vice-presidente assumiu o cargo. Durante seu governo, ocorreram desmontes em direitos trabalhistas e sociais, assim como, fechamentos de alguns Ministérios (como o das Mulheres e da Agricultura, por exemplo) e a aprovação da PEC 241/2016 que congela por 20 anos gastos com saúde, educação e assistência social, retomando ideias liberais e de Estado não intervencionista. No seu governo:

(...) tem se vivenciado o aprofundamento dos desmontes dos direitos iniciado no período neoliberal, freado pelo neodesenvolvimentismo e que retornou agora fortemente, tentando esmagar a classe trabalhadora, como se pôde ver com a reforma da previdência, a Proposta de emenda constitucional (PEC 241/2016) e o Projeto de Lei da terceirização (PL 4302/98) em todas as áreas das empresas. (Santos et al., 2017, p.7)

O (des)governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), caracterizado como ultraneoliberal e ultraconservador (Castilho e Lemos, 2021), também

apresentou cortes e privatizações do tripé da Seguridade Social: saúde, previdência e assistência social como também avançou na contrarreforma da previdência social.

Grande parte de seu mandato ocorreu durante a pandemia de Covid-19, no qual o mundo se encontrava adotando medidas de isolamento e formas para a não propagação do vírus, porém medidas como a de ‘ficar em casa’ não era possível para grande parcela dos brasileiros devido precariedade das condições trabalhistas:

O governo Bolsonaro é marcado por uma direção política que atenta contra a própria sobrevivência da classe trabalhadora. Sua escolha pela necropolítica impõe um extermínio a todos/as aqueles/as que ameacem o grande capital, como é o caso das ações orquestradas contra os povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas; contra a Amazônia e seu desmatamento criminoso; na liberação de centenas de agrotóxicos; no pacote anticrime; na contrarreforma da previdência social; na garantia de armamento aos grandes proprietários de terra; nas reduções orçamentárias das políticas sociais; nos sucessivos cortes nas universidades e na cultura, e, portanto, no descrédito com relação à ciência e à cultura, como campos de elevação da consciência. (Castilho e Lemos, 2021, p.272).

As autoras retomam o conceito de Achille Mbembe de Necropolítica, no qual o autor afirma que existe uma política de extermínio decidindo-se quem deve viver e quem deve morrer, mecanismo utilizado também no (des)governo de Bolsonaro pois no cenário de mortes e produção de vacina, seu governo teve como uma das características a: *“falta de uma política sanitária e econômica que enfrentasse [a pandemia] de forma fundamentada, planejada, responsável (...)”* (Castilho e Lemos, 2021, p.271).

Do mesmo modo, as autoras citadas acima, destacam também, que Bolsonaro não divulgou e incentivou medidas que diminuíssem a contaminação do vírus, pelo contrário, seu governo foi marcado pela propagação de notícias falsas.

Ao retomar o debate sobre os fundamentos do neoliberalismo, analisando o cenário de crise estrutural do capital e considerando o desemprego e subemprego são fenômenos característicos e insuprimível do modo de produção capitalista, Netto e Braz (2012), chamam a atenção sobre as transformações no mundo do trabalho promovidas no mundo a partir da implementação neoliberal:

A precarização e a “informalização” das relações de trabalho trouxeram de volta formas de exploração que pareciam próprias do passado (aumento das jornadas, trabalho infantil, salário diferenciado para homens e mulheres, trabalho semi-escravo ou escravo) e ao final do século XX, ao cabo de vinte anos de ofensiva do capital, a massa trabalhadora não padece apenas nas periferias [...]. (Netto e Braz, 2012, p.232-233).

Para Netto e Braz (2012) a ilusão dos anos dourados transforma a onda longa expansiva por uma onda longa recessiva na qual as crises voltam a ser dominantes e episódicas. E como resposta a esse cenário, o Capital impõe a reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal. De modo que ocorrem impactos nas relações de trabalho, no modelo de produção e na ideologia política, social e cultural que são propagadas para as massas de trabalhadores. Corroborando essa afirmação Ricardo Antunes (2002) nos adverte que:

É preciso que se diga de forma clara: desregulamentação, flexibilização, terceirização, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo “mundo empresarial”, são expressões de uma lógica societal onde o capital vale e a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução deste mesmo capital. Isso porque o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo. (Antunes, 2002, p.232).

O Capital precisa da exploração e alienação do trabalho para produzir a acumulação, mesmo com avanços tecnológicos e com a fragmentação da produção, ele precisa de trabalhadores para “[...] criar novas formas de subordinação do trabalho, capazes de lhe permitir a flexibilização e a intensificação da produção [...]” como afirma Mota (1997, p.55).

Para Cabral (2023), os direitos que a classe trabalhadora mantém são frutos da mobilização coletiva e tensionamentos para melhorias que ocorrem, pois o Capital busca desarticular os trabalhadores para que não consigam ‘força’ para assegurar as políticas sociais e defender melhorias nas condições de trabalho.

Dito isso, como parte do projeto neoliberal que promove a flexibilização do trabalho, cabe destacar que, essas medidas buscam quebrar a consciência

de classe e reforçar a falácia de que o ganho da empresa também é um ganho pessoal.

Assim, com essa reorganização promovida nas relações de produção, a força de trabalho pode ser substituída a qualquer momento, mantendo o exército industrial de reserva como medida de controle para aqueles que não se encontram trabalhando na formalidade.

Assim, a globalização do capital na fase neoliberal, tem como característica central a desigualdade e a exclusão, estimulando a competição externa e incorporando novas tecnologias que buscam elevar a produção e rentabilidade, diminuindo a incorporação de mão-de-obra nos processos produtivos:

As raízes do crescimento do desemprego estão associadas a um processo de globalização financeira, fazendo com que a lógica da valorização financeira predomine nas decisões do empresariado, que passam a ser guiadas não pelo lucro operacional, mas pela variação do câmbio e dos juros. (Iamamoto, 2005, p.115).

Para Mota (1997), é imprescindível analisar o processo de reestruturação produtiva, que estabeleceu uma reorganização dos processos de trabalho, de modo a controlar os trabalhadores, ocorrendo mudanças técnicas em práticas políticas:

O grande capital - como parte da construção da sua hegemonia - requer e demanda ao Serviço Social um conjunto de intervenções sócio comunitárias que, ampliando para toda a sociedade, a hegemonia nascida na fábrica, procura dar conta desta novíssima 'exclusão integradora', necessária à construção de um trabalhador padrão de si, da sua família e, se possível de outros trabalhadores desempregados. (Mota, 1997, p.60).

Assim, como dissemos, o desemprego estrutural é o motivador para que a classe trabalhadora se submeta aos interesses do capital, vivenciando processos de precarização, superexploração e instabilidade:

A exigência da polivalência, a pressão pelo aumento da produtividade, associada à contenção salarial, à instabilidade no trabalho, jornadas prolongadas e o medo do desemprego implicam em sofrimento no trabalho e na falta deste, acarretando doenças tanto físicas, como psíquicas, que afetam a subjetividade do trabalhador, podendo levar ao desencadeamento de adoecimento mental. (Campos, 2017, p.2).

Analisando a conjuntura do processo de acumulação que outrora causou crescimento econômico, porém apresentou uma crise estrutural no seu modelo de produção, característica própria do capital, acarretando mudanças no Estado, no capital e no mercado de trabalho, no qual a defesa neoliberal da não-intervenção do Estado no mercado e ataque ao movimento operário, assim como as mudanças na economia, trouxe como cenário a precarização dos processos de trabalho.

Como o modelo de produção fordista/taylorista caracterizado como uma produção em larga escala é substituído – na fase neoliberal do capitalismo – pelo modelo flexível no qual a mercadoria é produzida para um nicho específico de modo fragmentado, assim o processo industrial não é feito apenas em um local, com a reestruturação produtiva, cada parte da mercadoria pode ser produzida em uma empresa diferente e em local diferente (inclusive fora do país), procurando locais com força de trabalho barata, sem leis de proteção trabalhista gerando uma superexploração da classe trabalhadora. Essa terceirização do trabalho é rentável para o capital que pode produzir a baixo custo e utilizar mão de obra sem fornecer o básico de seguridade social a esses indivíduos.

Nesse processo surgem dois grupos de trabalhadores, como afirma Mota (1997): os trabalhadores do grande capital e os trabalhadores excluídos do trabalho formal, aqueles desprotegidos no qual o capital fornece o mínimo para sua sobrevivência na sociedade. Anteriormente, o movimento sindical era o principal articulador para reivindicar melhores condições de trabalho e proteção social, porém no ideário neoliberal, este era o principal alvo a ser atacado, pois os sindicatos, conforme desenvolvemos neste TCC, era um dos motivos da crise estrutural, pelo “excesso” de gastos com políticas sociais e encargos trabalhistas.

Desse modo, desarticular o sindicalismo, com apoio inclusive da mídia, foi necessário para que o capital conseguisse “naturalizar” o desemprego, causando a precarização e superexploração do trabalho, adicionando ideias de que a “empresa é a sua casa” e que são todos uma “família”. Além da falácia de que as taxas de desemprego são grandes porque as leis trabalhistas prejudicam a contratação e os ataques às conquistas adquiridas pelo movimento sindical são constantes, assim como incentivos para que o

trabalhador seja seu próprio chefe, crescendo o número de trabalhadores informais.

No Brasil, ocorre o processo de idealização do trabalhador que é microempresário, desvalorizando o trabalho assalariado e incentivando esse novo perfil de trabalhador como mecanismo para enfrentamento do desemprego sendo visto como uma nova forma de entrar no mercado. Porém, para Mota (1997) é um projeto social para os que não estão no trabalho formal.

Essa conjuntura nos mostra que a venda da força de trabalho, essencial para a sobrevivência da classe trabalhadora, vem sendo realizada em condições muito desfavoráveis para a classe que vive do trabalho. Cresce a informalidade, a terceirização e o aumento do exército industrial de reserva, e com isso, as expressões da questão social estão cada vez mais naturalizadas e criminalizadas e a violência é uma das respostas que o Estado fornece a problemas que este próprio modo de produção com seu Estado, criam.

1.1 ADOECIMENTO E CONDIÇÕES DE VIDA DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL

Saúde é um conceito multifatorial e por isso não se limita a ausência de doença, utilizando a definição de Sérgio Arouca:

[Saúde] é ter direito a um meio ambiente que não seja agressivo, mas, que, pelo contrário, permita a existência de uma vida digna e decente; a um sistema político que respeite a livre opinião, a livre possibilidade de organização e de autodeterminação de um povo. É não estar todo o tempo submetido ao medo da violência, tanto daquela violência resultante da miséria, que é o roubo, o ataque, como da violência de um governo contra o seu próprio povo, para que sejam mantidos interesses que não são os do povo(...) (1987, p.36 apud Souza, 2021, p.9).

Neste trabalho de conclusão de curso, iremos utilizar esse conceito amplo de saúde, de forma a analisarmos as consequências de uma sociedade neoliberal para a classe mais explorada: a classe trabalhadora.

Ao nos debruçarmos com a questão de classes, não podemos deixar de fora os recortes que são necessários para seu entendimento, como gênero e raça. A população que sofre com a precarização, privatização e focalização de acesso a políticas públicas e sociais são os mesmos que sofrem com a

precarização das condições de trabalho: a classe trabalhadora, que no Brasil é majoritariamente negra e feminina.

Considerando a precariedade do trabalho na sociedade capitalista, com foco no Brasil, podemos identificar a dificuldade dos cidadãos de terem conforto no seu dia-a-dia. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o salário mínimo ideal, dados de Março/2024, para a cesta básica de alimentos seria de R\$6.832,20⁴, um valor muito maior do que os R\$1.412 atuais, levando em conta que a pessoa tenha carteira assinada, pois grande parcela da população perdeu seus empregos após a pandemia.

O cenário da classe trabalhadora que possui carteira assinada, é de uma jornada exaustiva de trabalho, na qual a mobilidade urbana do Rio de Janeiro é caótica, jornadas de 8 a 10 horas de trabalho e mais horas no trajeto para casa, em trabalhos que podem incluir sábados e domingos. Para os moradores de favelas, outro entrave de seu cotidiano é que contam com as operações policiais, especialmente na Maré, que ocorrem no início da manhã quando os moradores estão a caminho do trabalho ou as crianças da escola.

O processo de adoecimento é multifatorial, na sociedade capitalista o processo de adoecimento está interligado a incapacidade de trabalhar, afinal é a capacidade de vender a força de trabalho que define aqueles com saúde daqueles que estão doentes:

Isto ocorre porque, visto como processo da coletividade, o preponderante é o modo biológico de viver em sociedade, que determina, por sua vez, os transtornos biológicos característicos, isto é, a doença que assim não aparece separada daquele, mas ocorrendo ambos como momentos de um mesmo processo, porém, diferenciáveis. (Laurell, 1982, p.13)

Assim como também:

Em termos muito gerais, o processo saúde-doença é determinado pelo modo como o homem se apropria da natureza em um dado momento, apropriação que se realiza por meio de processo de trabalho baseado em determinado desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção. (Laurell, 1982, p.16)

⁴ Informação disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>
Acesso em: 10 jun. 2024.

Assim, para esta mesma autora, o processo saúde-doença se apresenta de duas formas: com indicadores (expectativa de vida, por exemplo) e o perfil patológico (mortalidade, por exemplo), ou seja, este processo está entrelaçado com o momento histórico no qual cada indivíduo vive.

Dessa forma, podemos perceber que o adoecimento é mais que um processo físico, e sim um processo que atinge a subjetividade também. No caso do Brasil, os processos de adoecimento encontram atravessamentos maiores e envolve a totalidade de uma sociedade que não fornece expectativa de vida para o futuro, se pensarmos, por exemplo nas gerações que nasceram no momento de implementação neoliberal e que vivem com a consciência que qualificação, não garante acesso a empregos.

Analisando o cenário da população de territórios de favelas, no qual a política de extermínio do Estado é presente, podemos adicionar mais um fator ao processo de adoecimento desses indivíduos, explorando o território da Maré, no qual o Estado é presente, com escolas e postos de saúde no território, é a (in)segurança pública o que mais exerce função no local.

A classe trabalhadora se encontra em um cenário de superexploração no qual não possui condições básicas de vida, o salário não comporta além das necessidades básicas para sobrevivência, o sucateamento da políticas sociais e como são focalizadas e destinadas a partes da população além do incentivo à privatização

Com a falácia da “guerra contra as drogas”, os moradores são os que mais sofrem, ficam reféns tanto dos grupos armados locais que dividem o território em linhas imaginárias quanto dos agentes do Estado que realizam frequentes operações que prejudicam o ir e vir dos moradores.

Considerando que é função do Estado e direito constitucional da população ter acesso à segurança⁵, não é assim que moradores veem o poder público. As operações prejudicam a ida e volta tanto do trabalho quanto da escola, o fechamento de comércio locais e tiram a vida de indivíduos. Como agir indiferente a essa violência imposta a esses moradores? São uma parcela

⁵ Art.144 da Constituição Federal de 1988: A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares, policiais penais federais, estaduais e distrital.

da população que são majoritariamente mulheres, negras, vindos do nordeste que procuram condições melhores de vida e encontram mais violência. De acordo com o Censo da Maré (2019), 25,8% dos moradores são nordestinos, 52,9% se consideram pardos, 9,2% pretos e 51% são mulheres.

Dito isso, é imprescindível discutir o adoecimento considerando os processos de dominação-opressão de gênero, classe e raça. Considera-se que, são essas determinações as que possibilitam a compreensão de quem é no Brasil, a população que sofre a violência de Estado, o preconceito, o desemprego e subemprego: a que mora principalmente em territórios de favelas.

No próximo capítulo iremos discutir como a violência armada, tanto dos grupos armados locais como dos agentes do Estado, tem impacto nos moradores do território da Maré, que apesar de extenso: contando com 16 favelas, mais de 140 mil moradores e diversas instituições presentes (tantos públicas como privadas), também sofre com a violação de direitos básicos.

2 MILITARIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA COM FOCO NA MARÉ

Iniciaremos esse capítulo considerando o conceito de violência a partir da análise de Almeida (2004), que, no Brasil, a autora considera como uma das manifestações da questão social, determinada por relações históricas, causada pelo colonialismo e escravidão nas suas relações de hierarquia e autoritarismo, produzindo e reproduzindo as desigualdades e contradições no âmbito da dinâmica da luta de classes.

Dessa forma, a violência surge na formação sócio-histórica de cada sociedade e segundo Gonçalves e Chagas (2020), Marx aborda que a teoria da violência se inicia na produção capitalista, que precisa da exploração do trabalho para seu funcionamento, que expropriou os meios de produção da classe trabalhadora inicialmente no feudalismo. Dessa forma, reproduz uma sociedade desigual e alienada, que reproduz a própria violência que sofre.

Ao analisar algumas das expressões contemporâneas da violência, como a fome, o desemprego, a pobreza e a desigualdade social no Brasil, observamos que ela perpassa os espaços coletivos da vida social, sendo algumas de suas expressões: execuções sumárias e detenções arbitrárias por parte do Estado, linchamentos e justiça pelas próprias mãos, no cenário de desigualdades:

Ao invadir a vida privada das pessoas, ao destruir relações afetivas vitais, a violência produz distintas reações, formas diversas de enfrentamento do medo e da dor, tentativas de saída individuais ou coletivas, prevalência da indignação e da luta ou do desespero e desamparo ou, ainda, uma mescla de reações díspares. (Almeida, 2004, p.52)

Dito isso, considera-se que o aumento do desemprego estrutural, o trabalho precário, o desmonte de políticas sociais no cenário neoliberal, que impacta sobre as condições de vida e existência da população negra, somado a uma política de segurança pública militarizada e organizada sobre um modelo bélico como forma de resposta ao combate do mercado varejista de substâncias ilícitas, presentes nos territórios de favela, provoca todos os dias um número elevado de mortes em nome da intitulada *guerras às drogas*.

Cabe destacar que essa organização da segurança pública pautada na

luta do inimigo interno foi instituída durante a ditadura empresarial militar (1964-1985) e não foi desarticulada ou superada totalmente com o retorno democrático.

[...] mesmo com progressos na proteção social e nos direitos civis, esta democracia não chegou a grande parte da classe trabalhadora. Nesse sentido, para homens e mulheres majoritariamente negros e negras, a inviolabilidade de seus lares é desconhecida, não ser torturado/a é uma letra morta na vida desses sujeitos que convivem diariamente com a execução sumária e prisões arbitrárias. (Kilduff; Oliveira; Maia, 2020, p.151)

Cabe destacar ainda que para compreendermos o modelo militarizado que a política de segurança pública segue no país, é necessário recuperar alguns elementos históricos.

Assim, ao nos debruçarmos sobre a origem da polícia no Brasil, identificamos que ela tem origem em 1808 com a chegada da família real:

“É importante retratar que a ordem policial, também denominada de Forças Públicas, por contribuir com as Forças Armadas, se tornando uma reserva do exército, começava também a adotar uma postura bastante repressora” (Souza, 2021, p.32).

Souza (2021), defende que a militarização da segurança pública foi aprimorada no decorrer do desenvolvimento da sociedade brasileira, inspirada em conceitos do exército, como o combate a um inimigo por meio da força, com o objetivo de eliminar o criminoso e não o crime. Desta forma, a construção desse modelo militarizado se iniciou com o surgimento das Forças Públicas, que futuramente se denominaram *Polícia*.

Diferenciando os papéis da polícia e do exército, definido por Almeida (2004), verificamos que a polícia apresenta uma intervenção interna na sociedade enquanto o exército tem uma intervenção externa, porém, no cenário brasileiro a polícia se organiza com estrutura militar e as Forças Armadas não têm apenas funções de proteção do território de possíveis agressões e invasões externas; elas também são orientadas nas suas competências para reprimir sua própria população.

Cabe destacar que essa associação mecânica, promovida também pelos meios de comunicação, entre territórios de favelas e drogas, provoca estigmatização de seus moradores, reforçando o estereótipo de que moradores de favelas são todos suspeitos, criminosos ou delinquentes.

Assim esta política de militarização:

Além de trazer danos irreversíveis, como a morte de milhares de pessoas [...]que [possuem ou] não possuem qualquer envolvimento com o tráfico, mas são atingidos por uma política que causa a criminalização da pobreza, o encarceramento em massa, e a guerra em territórios desprovidos de privilégios sem se importar com nenhuma vida que lá reside, não é apenas um fator de risco à saúde, como uma condicionante que adoece a todos (..) (Souza, 2021, p.40)

Dessa forma, cria-se um cenário no qual surgem as “classes perigosas” (Almeida, 2004), aquelas definidas pelo senso comum como uma aliança entre moradores dos territórios de favelas e o narcotráfico, além de dificuldade do acesso a políticas públicas básicas, sofrem com a discriminação e repressão da sociedade, a invasão da privacidade do indivíduo, com a prática de extermínio e execuções sumárias das classes subalternas, destroem as relações afetivas, ocasionando em diversas formas de medo e de dor:

Os moradores de favelas são tomados como cúmplices dos bandos de traficantes, porque a convivência com eles no mesmo território produziria aproximações de diversas ordens - relações de vizinhança, parentesco, econômicas, relativas à política local, etc. - e, assim, um tecido social homogêneo que sustentaria uma subcultura desviante e perigosa (Silva e Leite, 2007, p.549)

Com a Constituição de 1988, foi sancionada a Lei (11.343 de 2006), conhecida como a Lei de Drogas, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre drogas (Sisnad), mesmo assim não diminuiu: a disseminação das drogas, a violência do Estado ou o poder das organizações criminosas. É utilizado o proibicionismo e punitivismo como motivador de uma gestão militarizada da segurança pública, dessa forma, causa segregação e violência.

Corroborando para esse cenário de criminalização da pobreza e de indivíduos que moram nas favelas, como dissemos, estão as mídias sociais, que passam informações falaciosas, assim como usam termos diferenciando pessoas por classe social, raça/cor, escolaridade e moradia, reforçando estereótipos do senso comum.

Apenas no governo de Leonel Brizola (1983-1987), ocorreu tentativas de uma perspectiva diferente nas intervenções realizadas pelos agentes do Estado, no qual a proposta era de “afastamento dos militares da política de segurança pública, defendendo inclusive a vinculação das polícias militares ao Ministério da Justiça (..)” (Kilduff; Oliveira; Maia, 2020, p.153). Porém seu modelo não foi bem aceito, principalmente pelos setores conservadores e

dominantes da sociedade.

Analisando o cenário carioca, em 2009 durante o governo de Sérgio Cabral (2007-2014), se instaura o programa de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que motivou a sua reeleição para seu segundo mandato, causando uma intervenção militar nas favelas cariocas que se caracteriza pela sua forma violenta, surgindo diversas chacinas causadas pelos agentes do Estado. É no ano de 2016, com a justificativa de cortes de gastos na política de Segurança Pública devido à crise financeira, que as UPPs são consideradas um equívoco.

O Rio de Janeiro passou por uma intervenção federal no ano de 2018, no governo golpista de Michel Temer, que foi iniciada em 2016 durante o governo de Francisco Dornelles que decretou estado de calamidade financeira, e em acordo com o governo federal, recebeu R\$ 2,9 bilhões da União para a realização dos Jogos Olímpicos e não sofrer impacto nos serviços essenciais, porém seu principal foco foi na segurança pública.

Essa intervenção federal causou uma crise nas Unidades de Polícia Pacificadora (Vasques apud Kilduff, Oliveira, Maia, p.155), porém, isto não significou perda de força da política militarizada, pelo contrário, as ações policiais militarizadas foram reforçadas com incursões da polícia e do exército nos territórios de favela, aumentando o número de mortes.

No ano de 2018, o governador eleito Wilson Witzel legitimou essa intervenção como forma de governo, com uma política de extermínio nos territórios de favela e declarações midiáticas que incentivaram os agentes do estado a utilizarem armas de fogo nas favelas. Seu governo foi marcado pela intensificação da violência dos agentes do Estado, pela criminalização da pobreza e das expressões da questão social, apresentando um discurso conservador “pela família e pelos bons costumes”, assim como repetindo frases do senso comum punitivista: “bandido bom é bandido morto” e “atirar bem na cabecinha”, entre outras:

O número recorde de operações policiais em favelas na cidade do Rio de Janeiro evidenciou o que foi prometido em campanha, além disso, caracterizou-se por uma importante mudança na atuação policial: outrora, se uma operação policial tinha nome e devida motivação, no governo Witzel estabeleceu-se no estado do Rio de Janeiro, a constância de utilização das forças de segurança pública de forma aleatória (Santos, 2021, p.35).

Cabe observar que no marco da violência policial e militar do Estado, existem respostas organizadas para enfrentá-la e denunciá-la. Assim, no contexto do complexo da Maré, as organizações da sociedade civil, a conquista de uma ação civil pública, foi realizada pela articulação política entre a organização *Redes da Maré*, Ministério Público, Defensoria Pública, moradores, organizações e representantes de instituições presentes na Maré com o objetivo de que as forças dos agentes do estado preservem a vida e os direitos de moradores da Maré.

Desse modo, moveram uma Ação Civil Pública⁶, desde 2017, motivada pela resposta à ação policial em conjunto com o Batalhão de Policiamento de Choque (BPCHQ), e do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), que, nesta oportunidade, realizavam buscas por supostas “pessoas foragidas da justiça no território”, causando: “violenta troca de tiros; deslocamentos de corpos feridos de bala; estilhaços de vidros quebrados; invasões a domicílios e roubo de pertences de moradores” (Santos, 2021, p.39), a consequência dessa ação foi sete pessoas atingidas e uma morta.

Entre as medidas estão: proibição de operações policiais para o cumprimento de mandatos no período da noite, presença de ambulâncias quando ocorrer operações, elaboração de planos para redução de danos durante as operações e uso de câmeras com vídeo e gps nos veículos policiais que circulam pela Maré. Durante dois anos, os índices de letalidade na região diminuíram, mas esse cenário mudou em 2019 e também após a pandemia de Covid-19.

Dito isso, essas crescentes intervenções nos territórios de favelas não cessaram durante o período de crise sanitária de covid-19, mobilizando Organizações Não Governamentais (ONGs) a procurarem a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) para interrupção dessas incursões no período de isolamento. Analisando o cenário entre 2022 e 2023, (Boletim Direito à segurança pública na Maré, p.3) a letalidade das operações

⁶ Essa ação defende a atuação da polícia de forma inteligente e com estratégias, utilização de GPS e câmeras nas viaturas e uniformes das polícias, proteção das escolas, postos de saúde e moradores nos dias de operações policiais. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/br/info/49/acao-civil-publica-da-mare#:~:text=A%20A%C3%A7%C3%A3o%20Civil%20P%C3%ABlica%20da%20Mar%C3%A9%20%C3%A9%20a%201%C2%AA%20a%C3%A7%C3%A3o,riscos%20durante%20as%20opera%C3%A7%C3%B5es%20policiais>. Acesso em 22 nov. 2024

diminuiu, enquanto o número de operações aumentou, com quatorze operações em 2022 e trinta e quatro em 2023.

Cabe observar que, o Complexo da Maré se localiza em importantes vias do Rio de Janeiro. Se encontra na margem da Avenida Brasil e se estende por favelas que já fizeram parte dos bairros de Manguinhos, Bonsucesso e Ramos, alguns autores apresentam divergência entre o complexo da Maré ser composto por 15 ou 16 favelas, por conta da favela de Marcílio Dias, que apesar de ser próxima de Ramos, durante o decreto de constituição da Maré, a favela continuou pertencendo ao bairro da Penha.

Recebeu esse nome devido aos mangues e praias presentes durante a sua ocupação no período colonial. Grande parte de sua população tem origem no nordeste brasileiro e outra parte surgiu devido a programas de erradicação de favelas, causando uma ocupação do território que “gerou distinções entre comunidades, algumas que perduram até hoje” (Ribeiro; Soares; Krenzinger, 2022, p.560).

No Complexo da Maré, ocorrem dois tipos de operações policiais: as planejadas, que tem como objetivo o cumprimento de mandados, busca e apreensão e as operações emergenciais, que tem como objetivo ações imediatas como roubo de caminhões ou perseguições. Houve vinte e duas operações planejadas e doze emergenciais no ano de 2023 (Boletim Direito à segurança pública na Maré, p.6).

Desse modo, para a construção do Censo Maré 2020⁷, realizado pela Redes da Maré⁸, fizeram parte da pesquisa as 16 favelas. A população é de 139.073 moradores, majoritariamente composta por mulheres e composta por negros e nordestinos. As cinco maiores comunidades são: Parque União, Nova Holanda, Parque Maré, Vila do João e Vila dos Pinheiros. O censo apresenta, em relação à raça/cor 52,9% das pessoas residentes se autodeclararam como pardas, 36,6% como brancas e 9,2% como pretas. E 51,9% tem menos de 30 anos, enquanto a população com 60 anos ou mais apresenta 7,4%. Portanto,

⁷ Disponível em:

https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CensoMare_WEB_04MAI.pdf

Acesso em: 18 out.2024

⁸ Organização a partir de mobilização comunitária, que foi oficializada em 2007 com o objetivo de garantir os direitos da população do território. Disponível em:

<https://www.redesdamare.org.br/br/quemsomos/apresentacao> Acesso em: 21 nov.2024

com esses dados podemos estabelecer a letalidade do cenário de violência presente na Maré, pois apresenta uma segregação sócio ocupacional que divide bairros entre classe trabalhadora e elite, originada pela colonização. O que reproduz a opressão, exploração, violências físicas e simbólicas.

Analisando as divisões territoriais, a Maré se encontra dividida entre duas facções ligadas ao comércio varejista de substâncias ilícitas, o Comando Vermelho e o Terceiro Comando Puro, como também a presença da milícia. O tráfico atua na Maré desde 1980, enquanto a milícia é mais recente (Ribeiro; Soares; Krenzinger, 2022), os autores utilizam o termo “governança criminal”, para estabelecer os diferentes conflitos gerados no interior da favela, que é definido como o controle sobre a vida e a rotina das populações de favelas e territórios periféricos.

Essa “governança criminal” controla a circulação de pessoas e veículos, estabelecendo regras que se descumpridas podem ser fatais. Como resposta ao constante embate entre as facções presentes no território, surgem as milícias: grupos criminosos composto por policiais, ex-policiais e agregados, que se apresentam como inimigos dos grupos armados locais, oferecendo uma alternativa ao tráfico:

reconheciam que seu verdadeiro inimigo não era a outra facção, mas as polícias, não porque os combatiam, enquanto lhes vendiam cumplicidade nos bastidores, e sim porque os substituiriam, tornaram obsoleto o modelo de negócios e governança do tráfico. Modelo esse que poderia ser sintetizado na fórmula: controle armado de território e comunidade exclusivamente para a promoção do comércio varejista de substâncias ilícitas. (Ribeiro; Soares; Krenzinger, 2022, p.568)

Considerando a milícia como uma forma de governança criminal, que se caracteriza como uma forma autoritária, se impondo através da chantagem e cobranças de taxas para que seu trabalho seja realizado e possa garantir a permanência dos indivíduos na comunidade.

Portanto, por mais que os grupos armados locais ligados ao comércio varejista de drogas, possua mais comunidades sob seu “comando”, consideram a milícia seus maiores rivais, consideram uma forma de trabalho e usam a força para que grupos rivais ou policiais não intervenham nos seus negócios. Enquanto isso, as milícias vendem segurança mediante coerção dos moradores por um determinado valor, para “garantir” que os mesmos não

sejam vítimas dos crimes: “sua origem remete a ação de policiais justiceiros e seus agregados, esquadrões da morte, jagunços urbanos, matadores a soldo e provedores compulsórios de segurança” (Ribeiro; Soares; Krenzinger, 2022,p.571).

Dito isso, assim como se apresenta como uma forma de combater a violência presente no território devido ao embate entre as facções presentes, a milícia inicialmente prega a imagem positiva com repúdio às drogas, não se envolvem com seu comércio e não permitem o uso no seu território. Dessa forma, outro fator importante é que nas áreas controladas pelas milícias, não sofrem com as operações policiais como nas outras partes do complexo da Maré, se impondo como uma alternativa para a população ao invés do tráfico:

(...)moradores tenderiam a responder distintamente às questões relativas à exposição armada: duas áreas onde se destaca a presença de grupos civis armados ligados a dois diferentes comandos do tráfico de substâncias ilícitas, o CV e o TPC, e uma em que atuam milicianos, cujas relações com as polícias são bem conhecidas e onde, portanto, não há incursões policiais (Ribeiro; Soares; Krenzinger, 2022, p.572).

Esse cenário fica evidente no boletim anual com dados sobre a violência na favela da Maré (Direito a Segurança Pública na Maré 2023): as áreas mais afetadas com operações policiais são Parque União, Rubens Vaz, Nova Holanda e Parque Maré, que tem seu território sob a ocupação do Comando Vermelho, enquanto a parte que não sofreu com nenhuma operação foi a com presença da milícia: Praia de Ramos e Parque Roquete Pinto. Desse modo:

(...)compreende-se que fazem sentido eventuais avaliações positivas das milícias por parte da população diretamente envolvida, confinada ao repertório opressivo que restringe seu horizonte a dois tipos de tirania (Ribeiro; Soares; Krenzinger, 2022, p.572).

Sendo assim, habitantes da Maré se veem morando em um território no qual apresenta constantes disputas entre grupos rivais e operações policiais, que com seu modelo militarizado que busca combater um inimigo, o que resulta em todos os moradores da favela serem tratados como tal.

2.1 ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS DA LETALIDADE DAS AÇÕES DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA DESDE O PONTO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL QUE TRABALHAM E/OU VIVEM NA MARÉ.

Nas entrevistas realizadas para a elaboração deste trabalho de conclusão de curso, no mês de julho de 2024 com cinco assistentes sociais que trabalham no território da Maré, na qual três se autodeclararam pretas, uma parda e uma não identificada, na faixa de etária entre 30 e 50 anos, as mesmas foram questionadas sobre experiências violentas que presenciaram no território e sua atuação profissional, de modo que utilizamos e processamos as informações obtidas das entrevistas como forma de: “*produzir confrontos de conhecimentos e informações (...)*” (Lewgoy; Silveira, 2007, p.235). As assistentes sociais entrevistadas possuem diferentes tempos de atuação na ONG, três delas moram no território da Maré.

A primeira entrevistada, trabalha na Maré há seis anos, não mora no território porém trabalha com espaços populares e territórios de favela desde sua formação acadêmica. Quando questionada sobre a militarização da segurança pública, afirma que para entendimento sobre seu funcionamento temos que:

Entender como são pensadas e desenvolvidas sem nenhum tipo de inteligência ou objetivo democrático as ações voltadas para esse território. (Primeira entrevistada, 2024)

Dessa forma, quando analisamos a falácia do combate ao comércio varejista de substâncias ilícitas a mesma aborda o caráter de criminalização das expressões da questão social:

O que chamam de guerra às drogas ou de guerra ao tráfico de drogas, que na verdade atinge a população que vive aqui, e não garante direito nenhum a segurança, a militarização recebe um investimento maior na parte bélica e em nenhum momento na parte de proteção da

segurança pública no sentido de proteção ou ações de inteligência. (Primeira entrevistada, 2024)

Para a mesma:

A segurança pública militarizada extremamente bélica nesses territórios, reforça o confronto que existe com os grupos civis armados locais e quando o estado entra com seu “braço” armado, é de forma institucional, é a materialização da não preservação da vida. (Primeira entrevistada, 2024).

Isso corrobora para a afirmação das ações violentas praticadas pelos agentes do estado, que seguem com sua política de extermínio da população residente nas favelas, declarando guerra não apenas ao combate ao crime, mas à população presente nesses espaços.

Dito isso, quando questionada sobre experiências presenciadas no território, a mesma informa que a instituição onde trabalha tem uma política de preservação do funcionário e possibilita que os mesmos fiquem em casa quando tem operação, isso quando as operações ocorrem antes do horário de funcionamento, pois podem ocorrer durante o expediente. Portanto, durante essas operações, a mesma informa do clima de medo e terror, principalmente da “bala perdida” por estar trabalhando diretamente com crianças.

Portanto, além de grupo com os funcionários em aplicativo de mensagem, no qual funcionários que trabalham na instituição e moram no território, possam informar de qualquer mudança no decorrer do dia que impossibilite a entrada na favela, o Complexo da Maré também possui páginas de moradores, que informam de qualquer ação ou operação policial em qualquer uma das comunidades da Maré, que é o “Maré Vive”, funciona de forma independente para comunicação entre moradores e trabalhadores do território.

Dessa forma, no seu relato sobre a experiência mais marcante relacionada a violência territorial a mesma relata:

Era 2018, eu estava chegando na instituição, atravesssei a

passarela 9, para entrar pela rua principal na Teixeira Ribeiro, quando ouvi um barulho estrondoso, vi o que chamam de caveirão voador, que é o helicóptero da operação policial, com um policial pendurado pra fora, era muito perto, muito baixo, e atirando a esmo assim, é uma cena que já tem um tempo mas eu não esqueço e também foi nessa operação que o Marcos Vinícius foi assassinado no Pinheiro, que é um caso marcante que a mãe Bruna Silva ta na luta por justiça até hoje. (Primeira entrevistada, 2024).

O caveirão voador, é um helicóptero blindado da polícia civil, segundo o jornal Extra⁹, ele foi utilizado em 33 operações em 2018, principalmente no Complexo da Maré e no Morro da Pedreira:

A operação mais letal com participação do caveirão voador em 2018 também aconteceu no complexo de favelas da Zona Norte. Em 20 de junho, sete pessoas foram mortas durante ação. Um dos mortos foi o adolescente Marcus Vinícius da Silva, de 14 anos, que estava com o uniforme da escola quando foi baleado. A investigação sobre o assassinato descartou a possibilidade de o tiro que matou o adolescente ter partido do helicóptero. Mais de 100 marcas de disparos foram encontradas por moradores no chão da favela depois da ação. (Jornal Extra, 2019, s.p.).

O governador Wilson Witzel, com sua política de promover explicitamente a execução de práticas violentas em relação às ações da polícia nas favelas, que incentivou o extermínio de corpos pretos e pobres, participou em 2019 de uma ação envolvendo o “caveirão voador” na região de Angra dos Reis:

agentes atiraram em direção a barracas montadas numa área de mata, alegando que as estruturas eram usadas como casamata por traficantes. No entanto, religiosos afirmaram, posteriormente, que as estruturas eram ponto de peregrinação de evangélicos (Jornal Extra, 2019, s.p.).

A segunda entrevistada trabalha na instituição há seis meses, não mora na Maré, atuou no território antes, mas não como assistente social. Quando

⁹ Disponível em:

<https://extra.globo.com/casos-de-policia/rio-teve-operacoes-com-caveirao-voador-cada-quatro-dias-em-2018-23790068.html>

Acesso em: 18 out.2024

questionada sobre a militarização, violência policial e os atravessamentos que causam na população periférica afirma que:

Eu acho, a todo momento essa segurança pública, que a gente chama de insegurança pública porque de fato ela não vem como uma segurança para toda a população que aqui está, ela tá determinada por uma outra segurança, que é para os moradores que não moram aqui, que não residem aqui. (Segunda entrevistada, 2024).

Portanto, afirma que a ideia de segurança pública utilizada e propagada é para a proteção de uma população que não mora nesses territórios, como mencionado anteriormente, é a criação de um inimigo a ser combatido e com isso o ganho da legitimidade para combatê-lo independente da maneira, essa lógica “se inscreve na dupla ótica bélica e militarizada” (Serra; Souza; Cirillo, 2020, p.100).

Assim também, no depoimento da segunda entrevistada, podemos perceber a ideia implícita de uma certa imposição de uma “ordem de classe” na qual os ricos e o poder dominante exerce preventivamente um controle repressivo sobre os setores mais empobrecidos da classe que vive do trabalho, como se fosse uma espécie de “justiça ou segurança de classe.”

Relembrando a ocupação realizada pelo Exército na Maré em 2016, a mesma entrevistada também afirma:

Como eu vejo, pelo Exército ela foi uma ocupação para poder limitar os lugares que eles conseguem minimamente dominar e exercer um poder, dizer qual o local que algumas pessoas poderiam estar circulando e outras não. Porque antes das Olimpíadas, aqui não estava ocupado por nenhuma força militar e não aconteceram as atrocidades que diziam que iriam acontecer. (Segunda entrevistada, 2024).

Desse modo, a mesma acredita que:

Eles ocupam a favela para poder criminalizar e culpabilizar uma determinada população, não podendo deixar de falar do tripé gênero, classe e raça, pois é uma população negra, pobre, na qual essa violência está atravessando corpos de homens jovens e de forma indireta das mulheres negras. (Segunda entrevistada, 2024).

Essas falas reforçam a seletividade dos que são punidos e mortos pelo Estado:

Em uma verdadeira ditadura contra os pobres, nas cidades brasileiras, a Polícia Militar entra diariamente em favelas com tanques e tropas que jogam abaixo portas e janelas, saqueiam casas e intimidam seus ocupantes, disparam e assassinam indiscriminadamente (Kilduff; Oliveira; Maia, 2020, p.152).

A terceira entrevistada, trabalha na instituição a dezessete anos e mora na Maré, na comunidade da Nova Holanda, uma das comunidades que mais sofre com operações policiais, segundo pesquisas da organização *Redes da Maré*.

Segundo a mesma:

Nós moradores do complexo da maré, sempre ficamos com um pé atrás no sentido de que a qualquer momento tudo pode acontecer, você pode tá no seu ambiente de trabalho e ter que interromper para ir embora pra casa de uma forma segura, enquanto moradora, eu acordo já olhando o telefone pra ver como está na comunidade, como no Maré Vive, isso todo dia, e o grupo de segurança, que informa sobre as operações. (Terceira entrevistada, 2024).

Dessa forma, sobre presenciar confrontos armados ainda a terceira entrevistada afirma:

Teve alguns episódios de operação que eu vim trabalhar e

não sabia, acordei e não tinha nenhuma informação e pra completar meu telefone não tinha internet na época. Uma moradora a identificou por ser funcionária da instituição, e a colocou dentro da sua casa, junto com outra pessoa, e nesse cenário: tivemos que ficar ajoelhadas porque eram muitos tiros e o caveirão estava atravessando na rua principal, nesse dia teve uma operação intensa, que a instituição teve que fechar dois dias seguidos. (Terceira entrevistada, 2024).

Corroborando para identificar como ficam esses espaços em dia de operação, Santos (2021), afirma:

Compreender o caos que é um dia de operação policial em uma favela carioca é entender o quanto a vida vale tão pouco nesses espaços. É perceber através de números e dados oficiais, a grande quantidade de pessoas inocentes que morrem, entre elas crianças que sem proteção tornam-se reféns de um Estado genocida. Uma relação entre Estado e sociedade que provoca traumas, sequelas e dor, no caso das crianças, traumas, que duram por toda a vida. O direito interrompido de poderem ir às escolas e de caminhar e brincar pelo local que mora. (Santos, 2021, p.43)

A quarta entrevistada, trabalha na instituição há onze anos e também reside no território, na comunidade de Rubens Vaz. Refletindo sobre profissão e atuação profissional em territórios marcados pela violência, afirma que:

A nossa profissão é maravilhosa, sabe, eu sou muito grata, sou muito feliz pela minha profissão, mas universidade nenhuma te orienta para quando você chega no território afetado por múltiplas violências, seja violência do estado para com morador, seja violência do morador com o morador. (Quarta entrevistada, 2024).

Sobre essa política de extermínio praticada pelos agentes do estado, reflete:

A violência, ela nos para todo os dias, impacta a nossa vida quando a instituição não abre, quando a gente deixa

de atender várias famílias, tem vezes no meu dia de atendimento que eu deixei de atender seis famílias, são seis famílias que a gente deixa sem orientá-las, seis famílias que têm seus direitos violados e os nosso também, mesmo você que é de fora, você é impactada por que você não pode entrar, então o que você tinha que fazer hoje, já não vai fazer, então acumula serviço e nós que moramos não podemos sair de casa, quando tem operação eu não saio de casa porque não vou colocar minha vida em risco. (Quarta entrevistada, 2024).

Esses impactos nas subjetividades dos sujeitos, causa adoecimento, pois o impacto que causa em seus cotidianos, no seu direito de ir e vir, de ter segurança dentro de suas casas, de não viver em estado de terror no qual suas vidas estão em risco:

A cultura da violência e do terror penetra nos espaços mais íntimos aos mais coletivos da vida social, o que torna esta cultura o solo no qual se enraíza uma forma de sociabilidade plasmada na vivência e na luta cotidiana contra a violência” (Almeida, 2004, p.50).

A quinta entrevistada, trabalha na instituição há quatorze anos, também reside no território, na comunidade da Nova Holanda. Na observação dela, o território causa adoecimento, então a mesma tenta encontrar maneiras de prevenir e estimular a sua saúde mental.

Refletindo sobre a presença constante de operações policiais e confrontos entre grupos armados locais, a experiência durante o expediente de trabalho que presenciou foi:

Uma situação no terceiro andar, na parte administrativa e eu lembro que a gente estava trabalhando, teve muito tiro e lá em cima era de vidro e as pessoas ficaram com medo, era vidro na parte de dentro mas fora era aberto e todos os profissionais se jogaram no chão. (Quinta entrevistada, 2024).

Dessa forma, como moradora do território, presenciou ações violentas

como por exemplo:

o caveirão aéreo estava sobrevoando minha casa e eu moro no primeiro andar, mas mexia com a estrutura da casa de tão próximo que estava e eu lembro que eu fui na sala e fiquei sentadinha, não liguei nem televisão nem nada, mandando mensagem pra minhas irmãs pois uma mora no segundo e a outra nos fundos e a dos fundos tava escondida no banheiro que era a parte mais segura e a de cima tava escondida na cozinha que era a parte mais segura. (Quinta entrevistada, 2024).

Dito isso, também expressa sua preocupação não apenas pela sua própria vida, como a das suas irmãs:

Ao mesmo tempo que estou protegida porque moro no primeiro andar, então as duas casas me protegem. Eu me senti impotente porque eu não conseguia sair da minha casa pra tentar levar elas pra minha. (Quinta entrevistada, 2024).

Dessa forma, podemos analisar como essas situações estão presentes de maneira recorrente no cotidiano de moradores e profissionais da Maré, desrespeitando os direitos que os moradores possuem enquanto cidadãos. Portanto: “a naturalização da violência e da morte e do fatalismo que obstaculiza a capacidade de sonhar e de traçar projetos individuais e coletivos futuros, em um quadro de graves violações dos direitos humanos” (Almeida, 2004, p.64).

Nestes cenários apresentados, podemos identificar que moradores e profissionais que atuam no Complexo da Maré, vivem a militarização na sua vida cotidiana e a significam como uma forma que o Estado tem de “administrar”, “gerir” essa população com ações policiais com características militares, utilizando mecanismos de segregação e violência.

No próximo capítulo, também a partir das entrevistas realizadas, a análise terá foco no debate sobre os impactos da violência militarizada do estado na saúde mental das profissionais que atuam no Complexo da Maré.

3 IMPACTOS NA SAÚDE DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS EM UMA INSTITUIÇÃO DO COMPLEXO DA MARÉ

Neste capítulo, iniciaremos a discussão sobre adoecimento mental e seus impactos nas relações de trabalho, demonstrando como trabalho e adoecimento psíquico estão interligados.

De acordo com Vicente (2015), a crise do capital em 1970, transformou o mundo do trabalho trazendo novos modos de exploração da classe trabalhadora, de forma a manifestar novas formas de precarização do trabalho, adoecimento e banalização da vida. Logo o adoecimento mental não é algo atual:

No que se refere ao sofrimento e mesmo aos agravos gerados pelo trabalho à saúde mental, ainda observamos certo ceticismo, sendo comuns algumas questões, como, por exemplo: “Como saber se os agravos de que padecem as pessoas são mesmo relativos ao trabalho? Afinal, a vida é difícil, e até andar pelas ruas pode causar adoecimentos”; “É preciso separar os problemas pessoais, familiares, dos problemas do trabalho!”; “Outras pessoas também estão sujeitas a essas situações e não adoecem. Não seriam o sofrimento e o adoecimento uma espécie de incapacidade pessoal de lidar com situações difíceis?” (Vicente, 2015, p.563-564)

Segundo Passos (2023), o debate sobre saúde mental, ganhou novos destaques durante a pandemia de Covid-19, nos anos de 2020 e 2021, no período em que era recomendado que a população mundial se mantivesse em isolamento, algo que não foi possível para alguns indivíduos, como os profissionais de saúde e outros trabalhadores periféricos, em trabalhos formais ou não:

Havia uma demanda para que pesquisadores, professores e profissionais do campo pudessem analisar os impactos do isolamento social, do processo de sofrimento e mortes ocasionados pela pandemia. Se por um lado avançamos na visibilidade e importância da temática, por outro o discurso centrado na patologização, medicalização, psiquiatrização e psicologização do sofrimento expandiu-se como nunca. (Passos, 2023, p.113)

Havia um consenso no qual a sociedade, mídia e indústria farmacêutica abordaram o aumento dos casos de ansiedade, depressão, estresse, consumo de substâncias psicoativas, entre outros. De acordo com Passos (2023), no contexto neoliberal e crises cíclicas do capital, o modo de vida da população

passa por transformações.

Corroborando com essa afirmação, o Conselho Federal de Enfermagem¹⁰, relata uma segunda pandemia: de saúde mental, pois foram analisados um aumento no sofrimento emocional em decorrência do medo, das perdas familiares, pela falta de socialização e desemprego, aumentando os quadros de ansiedade e depressão em níveis mundiais.

Considerando isso, as cinco entrevistadas apontam que é após a pandemia de Covid-19 que recebem mais demandas no atendimento envolvendo questões de saúde mental, incluindo episódios de automutilação, tentativa de suicídio de jovens da instituição e um caso que se concretizou. Uma das entrevistadas acompanhou a jovem e relata:

Me envolvi muito, ouvi muitas inquietações dessa jovem, ela fez um desabafo e dias depois tivemos a notícia que foi concretizado, então isso foi muito pesado e nesse ano eu “sepultei” três alunos. (Quinta entrevistada, 2024).

Essa entrevistada (a quinta), que é moradora do território, analisa os impactos que foram causados nela:

Me senti impotente na minha profissão, porque tem coisas que a gente não vai dar conta e a gente sempre vai querer respostas e nem sempre vai ter. Esse período me afetou bastante, o ano de 2023, foi um ano muito difícil, em dez anos de profissão, eu não senti o que eu senti em um ano, mexeu comigo emocionalmente e foi o período que pedi ajuda porque sozinha eu não estava dando conta, eu via as pessoas adoecendo e eu também estava. (Quinta entrevistada, 2024).

De acordo com Passos (2023), o adoecimento psicossocial deve ser compreendido no marco da totalidade das relações sociais, pois apresenta recortes marcados por opressões de gênero, raça, sexualidade, nacionalidade,

¹⁰ Disponível em:

<https://www.cofen.gov.br/brasil-enfrenta-uma-segunda-pandemia-agora-na-saude-mental/>

Acesso em: 24 nov. 2024

classe, território etc. E por isso: “que sua natureza se alimenta e se mantém na relação entre o indivíduo e a sociedade, por meio de diversas mediações institucionais, grupais e, também, individuais” (Martín-Badaró, 2021c, p.236 apud Passos, 2023, p. 66).

Desse modo, com relação à militarização do território, a quinta entrevistada, afirma que:

Eu fui abordada três vezes no ponto de ônibus, por agentes da polícia, e duas vezes foram homens e uma vez uma mulher, eu questionava as pessoas: a minha aparência ou a minha vestimenta interfere nessas abordagens? (Quinta entrevistada, 2024).

A mesma relatou que a última vez ocorreu em Maio do ano passado, enquanto estava indo para o aniversário de um amigo e aguardando uma amiga para irem juntas, estava com mais duas pessoas no ponto de ônibus, mas apenas sua bolsa foi revistada. E afirma que esse tipo de situação:

Afeta a saúde mental da gente, porque o pior de tudo é quando você ouve de pessoas de fora: mas porque você ainda mora lá? Como se fosse fácil sair desses espaços. (Quinta entrevistada, 2024).

E também apresenta questionamentos como:

Será que amanhã vou trabalhar? Preocupações que nos adoecem porque é sempre um planejamento condicionado do que vai fazer no dia seguinte, tanto no espaço de trabalho quanto em casa. (Quinta entrevistada, 2024).

Esse relato, remete ao estereótipo que associa mecanicamente os moradores com os grupos armados locais, pois na concepção das forças de segurança pública estatal, essas pessoas optaram por uma vida que não seguiria a ‘ordem institucional’, e essa relação de proximidade como o chamado crime organizado justificaria na proteção desses indivíduos por parte da polícia (Silva e Leite, 2007).

Ainda debatendo sobre a relação adoecimento e violência armada, a quinta entrevistada, reflete sobre como as operações policiais adoecem a todos os moradores pois é algo recorrente e não pontual que acontece algumas vezes no mês e sim todos os dias impactando na vida cotidiana: *eu não posso levar quem eu quero na minha casa por causa do território que eu moro.*

Desse modo, identificamos a invisibilidade que os moradores enfrentam, seja pelas forças de segurança pública ou dos outros cidadãos que veem esses moradores como indivíduos que possuem esse cotidiano de intenso medo e preocupação sobre o que vai acontecer assim que acorda, como uma escolha. Dito isso:

Ao falarem da violência e dos riscos que vivenciam em seu cotidiano, os moradores de favelas também mencionam seu isolamento e o desinteresse do restante da população da cidade pelo que acontece em suas localidades: a invisibilidade nas arenas políticas das violações a seus direitos humanos, a permanente insegurança em que vivem. (Silva e Leite, 2007, p.559-560)

A Maré é um território que conta com escolas municipais e estaduais e clínicas da família, ou seja, possui a presença do Estado que opta pela violência bélica como resposta às demandas presentes no local, impactando na vida e nos direitos dos moradores, que sofrem as violações de seus direitos.

Desse modo, a entrevistada relata uma experiência quando realizava seleção para ingresso na pós-graduação, apresentando o pré projeto, foi perguntada:

Como é morar na favela? Um lugar que não tinha nenhum serviço? Respondi que a gente tem acesso a serviços, por mais que seja precário, a gente tem tudo lá dentro, pode não ser da forma que gostaríamos de ter, mas a gente tem. A visão negativa que as pessoas têm da favela me inquieta. (Quinta entrevistada, 2024).

A quarta entrevistada, que também mora no território, quando questionada se identifica que sua atuação profissional causa adoecimento, respondeu afirmando que sim e justificou da seguinte forma:

Aqui não chega só questões de alimentação, a gente vê mulheres sendo abusadas, violência doméstica, abuso

infantil, então como você vê essas coisas e não se envolve? Não se emociona? Seja para o bem ou para o mal, não tem como, mesmo que você não demonstre para o usuário, quando termina a entrevista, você fica reflexiva em cima daquilo que aconteceu naquele dia. (Quarta entrevistada, 2024).

De acordo com dados do Boletim de Monitoramento e Enfrentamento às violências da Maré (2023): às 263 pessoas atendidas pela Redes da Maré, sofreram 670 tipos de violência, 93% violência psicológica, 88% violência física, 59% violência patrimonial e 15% violência sexual. Em relação ao perfil dessas pessoas, 152 eram mulheres cis, 99 eram homens cis e 12 não identificadas.

Dessa forma, em relação ao perfil cor/raça: 55 pessoas se autodeclararam brancas, 83 pardas, 86 pretas e 39 sem informação. Em relação ao perfil das mulheres, 66% eram pretas ou pardas e 56% na faixa etária de 19 a 39 anos. Em relação ao perfil dos homens, 67% eram pretos ou pardos, 81% dos homens atendidos foram vítimas de violência armada, 38% tinham menos de 30 anos. E das 23 vítimas fatais (homens): 17 mortes por agentes do Estado, 6 mortes por grupos armados e 10 vítimas com menos de 30 anos.

E questionada sobre cuidados com sua saúde mental informou que:

Depois da pandemia, eu fui acompanhada por um psicólogo por um tempo, eu fazia terapia, algumas das minhas colegas também, as que se sentiram incomodadas, pra passar por esse período da pandemia, nós tivemos um suporte muito grande com uma equipe de psicologia, com encontros semanais, online, que nos fortaleceu e muito. (Quarta entrevistada, 2024).

Questionada sobre como o envolvimento da violência armada está interligado ao adoecimento mental afirma que sim:

Com certeza, como se vive dentro de um calendário, em um mês, ter quatro operações policiais? Parar sua vida? Proibir seu ir e vir, você ter que ficar dentro de casa pra

não perder sua vida, perder um dia da sua vida por causa da violência, você não sabe se colocar a cara na janela pode morrer com um tiro, isso não é vida pra ninguém, essa violência urbana nos para, paraliza o tempo todo e quando tem esses confrontos dentro de um mês, cinco confrontos policiais, paraliza seu trabalho não tem como você ficar bem, é um dia perdido ao meu ver, eu deixo de fazer várias coisas. (Quarta entrevistada, 2024).

A terceira entrevistada, que também é moradora, afirma que as demandas sobre saúde mental cresceram durante a pandemia:

Porque tinha momentos com muitos jovens e adolescentes se automutilando, foi trabalhado nas reuniões de responsáveis e trabalhado o tema: o que é saúde mental, porque não se tem muita informação, pensam que é só uma pessoa que passa no psiquiatra. (Terceira entrevistada, 2024).

Desse modo, informa que por um período, ficaram sobrecarregadas com as demandas de saúde mental tanto nos atendimentos como nas visitas domiciliares, perceberam depois que não era algo exclusivo da Maré e em articulação com moradores do território, apresentou para a instituição a ideia de um encontro sobre saúde mental de todo o território, ocorreu distribuição de convites nas ruas para que as organizações participassem.

As visitas aconteceram em diversas instituições do território, como nos Centros de atendimento psicossocial (CAPS),¹¹ que atendem a região: CAPS II Carlos Augusto da Silva (localizado em Manguinhos), CPSi II Visconde de Sabugosa (localizado em Ramos, atende o público infantojuvenil) e CAPSad III Miriam Makeba (localizado em Ramos, atende pessoas que fazem uso de drogas e álcool). Dessa forma, quando os moradores da Maré precisam de

¹¹ Centro de atendimento para indivíduos com sofrimento psíquico, no qual o atendimento pode ocorrer por encaminhamento de alguma rede de saúde ou diretamente no local. Disponível em: <https://carioca.rio/servicos/atendimento-em-centros-de-atencao-psicossocial-caps/> Acesso em: 24 nov.2024

atendimento psicossocial, que não seja para casos infantojuvenil e álcool e drogas, precisam ir para fora do território.

Sobre adoecimento profissional, a mesma reflete:

Eu adoeci, fizemos seminários sobre as múltiplas violências que sofremos no território e que acaba nos afetando. Eu fui diagnosticada com ansiedade generalizada e estresse, pela psicóloga da clínica da família. Comecei a fazer terapia e fiquei dois anos. (Terceira entrevistada, 2024).

Ficou afastada da instituição por mais de um ano, por conta desse adoecimento e parou a terapia em outubro do ano passado. Com isso, podemos identificar a vulnerabilidade e terror que a população presencia, com efeitos de médio e longo prazo, com consequências permanentes (Passos, 2023).

Perguntada sobre ações violentas que ocorrem durante seu expediente informa que tem pouco tempo que ocorreu, ano passado:

Teve uma operação muito rápida, quando roubaram uma carreta e esse dia eu cheguei às nove da manhã, tudo normal, aparentemente, quando deu dez horas começou o confronto, não tinha quase ninguém porque era muito cedo, só eu e o pessoal do operacional, conseguimos colocar algumas pessoas pra dentro. E ficaram na parte mais segura que é no primeiro andar. (Terceira entrevistada, 2024).

Desse modo, também afirma que concorda que a violência policial contribui para o adoecimento mas não só ele e sim as múltiplas consequências como:

Quando tem as operações, somos afetados porque se eu tiver um médico, que é pelo SISREG, eu peço a Deus para que não tenha operação, porque você entra novamente na fila para o atendimento. (Terceira entrevistada, 2024).

O SISREG, Sistema Nacional de Regulação, plataforma online do Ministério da Saúde, no qual os indivíduos realizam cadastro para “entrar numa fila” para consultas, exames e procedimentos cirúrgicos de forma gratuita. De acordo com dados da prefeitura¹², até 2020, o número de pessoas na fila era de 610 mil pessoas e o tempo de espera era de até quatro anos na fila.

As três entrevistadas foram questionadas se tiveram suas casas revistadas por agentes do Estado, uma delas sim, mas afirma que não foi de forma violenta e os agentes do Estado não agiram de forma a violar seus direitos: bateram na porta e perguntaram se podiam entrar. A outra, os agentes bateram na porta, mas não entraram. E uma delas, relata que teve a presença de grupos armados do território na sua casa, isso ocorreu quando a mesma ainda era criança e afirma que não ocorria de forma violenta essa abordagem:

Quando tinha operação policial, por morar numa casa ao lado de uma casa usada pelo tráfico, eles sempre iam à minha casa como forma de chegar na outra. (Quinta entrevistada, 2024).

Dito isso, esse cenário não é recorrente, pois de acordo com o Boletim Direito a Segurança Pública na Maré (2023): durante as operações, do ano passado, ocorreram 58 casos de invasão de domicílio, 40 casos de dano ao patrimônio e 20 casos de subtração de pertences para evidência. De modo que: “evidencia um padrão alarmante de violações de direitos nas favelas: a entrada sem autorização judicial ou consentimento dos moradores em seus domicílios” (p.7).

Dessa forma, em relação aos grupos armados locais, no ano passado, ocorreu apenas um confronto, que esteve relacionado à disputa territorial, e o registro de 31 tiros que dão: “situações pontuais de disparos relacionados a provocação entre grupos criminosos, comemorações ou mesmo teste de armamentos.” (p.10).

¹² Disponível em:

<https://prefeitura.rio/saude/prefeitura-do-rio-vai-triplicar-oferta-de-vagas-no-sistema-de-regulacao-ate-o-fim-de-2023/> Acesso em: 22 nov.2024

A segunda entrevistada, que não mora na Maré, reflete sobre como as demandas relacionadas a saúde mental aumentaram na pandemia:

Eu começo a trabalhar na favela no período pandêmico, eu não vou saber dizer como seria os atendimentos antes, são muitas camadas mas a saúde mental, atualmente vem pros atendimentos de uma forma bem maior, algo que vem crescendo porque não estamos falando apenas de transtornos mentais, mas de uma vida social que vai afetando esses sujeitos, acarretando adoecimento, sofrimento psíquico, então com todas as circunstâncias: falta de emprego, a má alimentação, a violência armada, isso tudo vai gerando sofrimentos mentais. (Segunda entrevistada, 2024).

Analizando como a mesma faz quando vai entrar no território:

Os confrontos armados trazem muita insegurança pra gente, e de fato abala, a gente fica com certa ansiedade, angústia, se questionando: será que posso entrar? E a gente começa a olhar os grupos e se comunicar, para saber se está tudo tranquilo pra entrar, e quando a gente entra não sabe o que pode acontecer ao longo do dia, mas o território vai dando sinal de como ele tá. (Segunda entrevistada, 2024).

Desse modo, esse relato juntamente com o da quinta entrevistada, no qual apresenta uma trabalhadora moradora e uma trabalhadora que não mora no território, nos mostra como esse sofrimento é entendido apenas por quem presenciou esse cenário de terror nas favelas:

Afirmam que apresentar suas queixas sobre a atuação da polícia para quem não mora nas favelas é com frequência um monólogo, pois suas críticas dificilmente obtêm repercussão na opinião pública e ainda mais remota é a possibilidade de provocar a adoção de medidas efetivas das autoridades para controlar o excesso de violência que seus agentes empregam (Silva e Leite, 2007, p.558).

Dessa maneira, a maioria da sociedade justifica a militarização da vida

nas favelas pois esses território seriam locais de violência e seus moradores, coniventes com os grupos civis armados, e assim os jovens favelados são vistos como potenciais sujeitos para ingressarem nesse modo de vida (Silva e Leite, 2007).

Analisando os relatos da primeira entrevistada, quando questionada sobre o aumento das demandas dos usuários sobre questões envolvendo saúde mental, sinaliza:

Após a pandemia, a gente recebeu e continua recebendo casos de questões específicas diretamente atravessadas por saúde mental ainda mais de jovens. (Primeira entrevistada, 2024).

Desse modo, analisa as consequências:

A própria questão de não poder ir a um atendimento no Caps em dia de operação já é uma situação que afeta, o próprio receio de sair e não poder voltar pra casa também afeta as questões estruturais, de raça, orientação sexual, identidade de gênero, isso afeta de forma particular essa população desse território militarizado. (Primeira entrevistada, 2024).

Segundo Silva e Leite (2007), a favela é vista como um espaço subalterno, desorganizada socialmente, atrasada em relação à cultura e sem a presença do Estado, de forma a construir a falácia do combate ao crime e justificar e legitimar o uso da força armada para entrar neste espaço.

Refletindo sobre o impacto do adoecimento psíquico no seu desempenho profissional afirma que:

Tem vários atravessamentos trabalhar nesse território, que é tão conflagrado, afetado por múltiplas questões, muitos desafios, não só no planejamento do trabalho em redes, dos encaminhamentos, da parte técnica de ser assistente social, mas também trabalhar num território de favela, num território como a Maré, a gente fica sujeita à

suspensão do nosso próprio direito de circular com segurança, de acessar os espaços e equipamentos, não só na questão da segurança pública, a gente vê que aqui tem uma rede de serviços já estabelecida no território mas é muito difícil esse trabalho no cotidiano porque a gente vê na prática como essa questão da falta de recursos, de políticas públicas que estão se deteriorando. (Primeira entrevistada, 2024).

Segundo Borsoi (2007), é comum ocorrer um distanciamento entre trabalho e saúde mental, como se os aspectos objetivos e subjetivos do trabalho não interferissem no adoecimento do indivíduo, analisando que:

Em síntese, quando o trabalho começa a fazer parte efetiva da vida das pessoas, ele se torna tão significativo (ou quase) quanto as relações amorosas que elas constroem e – a meu ver, não seria exagero dizer – tão necessário quanto o sono. Sem trabalho, não teremos como satisfazer necessidades básicas do nosso corpo e da nossa fantasia. Apesar disso, o trabalho só bem tardiamente passou a integrar, de modo efetivo e sistemático, o campo das preocupações presentes nos estudos sobre saúde mental (Borsoi, 2007, p.106)

Dessa forma, a autora defende que o trabalho é um momento importante na vida das pessoas como qualquer outro momento especial, compreendendo que cada um se constrói individual e coletivamente. Logo, é necessário analisar os aspectos objetivos do trabalhador, como os processos subjetivos que seriam a mobilidade que interiorizam e significam suas experiências profissionais.

Discorrendo sobre a articulação para responder essas demandas, relata que:

Tem a questão da política de saúde mental, a gente tem um Caps de referência que não é dentro do território, os jovens buscam a instituição como uma válvula de escape, mas tem algumas questões que são diagnosticadas que são ou não, mas que a gente vê que se trata de um adoecimento psíquico, precisa de um acompanhamento especializado por vezes, uma medicalização, então a gente aqui faz promoção da saúde mental mas a gente

não consegue da conta sozinhas. (Primeira entrevistada, 2024).

Dessa maneira, reforça a importância da rede do território, como também da equipe multiprofissional para atender as demandas necessárias, os encaminhamentos são realizados mas é preciso que tenha profissionais para atender essas pessoas, porém, como foi relatado em algumas entrevistas, a Maré possui redes de atendimento pública, mas funcionam de forma precária.

Dito isso, podemos identificar como as entrevistadas encontram maneiras de gerenciar esse adoecimento, seja procurando intervenção profissional e articulação com outras instituições da Maré. Assim, neste sentido é importante destacar o estudo de Lima (2011), que apresenta a necessidade de estudar a saúde mental dos desempregados e dos que continuam trabalhando, criticando a perspectiva que entende que os adoecimentos ocorrem devido a causas individuais, sem considerar os atravessamentos sociais que os determinam e explicam.

Desse modo, podemos refletir como o adoecimento está presente neste território de forma regular devido às precárias condições de vida e trabalho, mas ganha destaque quando o medo, a morte e a desigualdade social se acentuam no período da pandemia, elevando os índices de desemprego e questões estruturais, como o racismo e a violência, que afeta principalmente negros e também as mulheres:

Na realidade brasileira, as mulheres negras vivenciam cotidianamente a negação da humanidade, bem como da maternidade e da experiência do ser mulher, sendo parte das engrenagens que estruturam as bases econômicas, políticas, sociais e culturais do país (Passos, 2023, p.34).

Durante sua pesquisa na Casa das Mulheres da Maré, equipamento da Redes da Maré, a autora pode participar de uma pesquisa multiprofissional, que contava com assistente social, psicóloga, terapeuta ocupacional e enfermeira, analisando o perfil de 20 mulheres, a maioria negras, nordestinas e nascidas ou criadas na Maré.

Analisando esse território que apresenta constante estado de guerra, as manifestações apresentadas nos corpos dessas mulheres foram: dores no corpo, na cabeça, angústia, insônia, estresse, irritação etc. E quando

encaminhadas para atendimento social, o procedimento adotado foi a medicalização.

Podemos observar, que a medicalização não resolve os problemas que originam os adoecimentos, pois as manifestações que o corpo dessas mulheres apresentam, esta interligado a violência territorial na qual estão inseridas, são sofrimentos advindos de um contexto na qual estão inseridas, numa dinâmica em que suas vidas estão em constante estado de alerta, é a forma que o corpo dessas mulheres encontra de dizer que elas não estão bem, que toda essa ansiedade e estresse que dominam seus corpos e subjetividades tem relação com um sofrimento e adoecimento psíquico:

Sendo o lócus do cuidado em saúde mental o território, o *modus operandi* peripatético promove uma convocação perturbadora para o processo de trabalho. Exige-se a quebra da burocracia, do engessamento e dos procedimentos para uma atuação criativa, dialógica e crítica. O território não fica em silêncio, encontra-se vivo e em constante produção. Nele o pulsar das opressões de gênero, raça e classe se fazem intensos e demandantes de intervenção. (Passos, 2023, p.121)

O modo de produção capitalista causa o adoecimento dos indivíduos através da exploração do trabalho, através de um processo de escassez de políticas públicas e sociais voltadas para a classe trabalhadora, salários que não acompanham o crescimento inflacionário, jornadas longas de trabalho e precarização da mobilidade urbana, com transportes públicos que não comportam a demanda que possui:

Para a produção de novas práticas é preciso romper com a exploração e opressões que forjam os afetos, as relações, o trabalho e as instituições e, para isso, há uma delicadeza para proporcionar um cuidado em saúde mental que não seja violento e destruidor. A delicadeza está na ruptura e no agenciamento de novas práticas que transformam dialeticamente o operador e o agente do cuidado. (Passos, 2023, p.122)

Estamos vivenciando uma sociedade em sofrimento com prevalência de transtornos mentais em nível mundial, porém em cada cenário podemos avaliar diferentes motivadores. Devemos considerar a formação sócio-histórica dos Estados Nacionais, modos de vida, processos de subjetificação em cada grupo de indivíduos e as suas singularidades.

Diante do que foi exposto, a articulação entre redes é fundamental para

a organização do território. A Redes da Maré com seus eixos e projetos presentes no território colabora tanto para o morador quanto para os trabalhadores, como seu eixo de direito a segurança, que disponibiliza um advogado para moradores do território terem acesso a um representante para indivíduo que sofreu alguma violação de direito, e a sua produção de conteúdo, como o Boletim Anual sobre a violência armada.

Neste capítulo buscamos compreender e refletir sobre os impactos da violência armada na saúde mental das entrevistadas, na sua vida cotidiana e também considerando o ambiente profissional. Seus relatos de violações de direitos como pessoas e profissionais, confirmam a afirmação de Vicente (2015), na qual a autora diz que o trabalho das/dos assistentes sociais se caracteriza por condições precárias, seja de meios ou salários.

Corroborando com Silva e Leite (2007), que afirma que as pessoas que moram e trabalham no território, desenvolvem mecanismos de conduta para situações de perigo e insegurança, surgindo uma “insegurança ontológica”, que seriam rotinas desenvolvidas para seguir adiante, em situações extraordinárias como a violência criminal.

Assim, Borsoi (2007), relata a importância de estudos sobre adoecimento de causa psíquica no ambiente de trabalho e não apenas as de ordem física, com a articulação de vários atores, como médicos, psicólogos, estudiosos e sindicatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

No início do trabalho, foram levantadas questões como a atuação do profissional diante das diversas formas de violência, as consequências físicas, materiais e mentais na vida dos usuários, pela violência local e a praticada pelos agentes do Estado, os impactos nos atendimentos quando os profissionais também são afetados, como o Estado exerce controle social e criminalização da pobreza e como os profissionais da ponta são prejudicados.

Ao longo dos capítulos, foram analisados os impactos do neoliberalismo na precarização das condições de vida e de trabalho, assim como foi analisada a implementação dessa ideologia política e social, nos governos de Fernando Collor até o (des)governo de Jair Bolsonaro, no qual as políticas públicas e sociais sofrem desmontes. E também foi analisada a origem da militarização da segurança pública do Rio de Janeiro, nos territórios de favela, na qual a necropolítica e o uso de armamento bélico são usados como respostas ao domínio dos grupos armados locais. Assim como, a violência e a violação de direitos sendo constante na vida dos moradores da Maré.

A atuação profissional é afetada pelos conflitos locais, ocorre um adoecimento mesmo com aquelas que não moram no território pois precisam estar em constante estado de alerta caso ocorra alguma operação, o estado de “tranquilidade” pode mudar a qualquer momento.

Os moradores sofrem de todas as formas, tanto pelos grupos armados locais como pelos agentes do Estado, que recorrem ao estereótipo de que a favela é um local marcado por criminosos e acabam usando seu aparato bélico, em que a classe trabalhadora é quem mais sofre. Como também a disputa territorial entre os grupos civis armados, que afeta a população residente.

Os atendimentos desse território apresentam recorrentes casos de sofrimento, devido ao cenário da favela na qual são recorrentes os casos de confrontos armados, mas é na pandemia, quando se intensificam o medo, a insegurança e o desemprego é que o adoecimento ganha mais notoriedade e começa a ser debatido, tanto com moradores quanto com profissionais.

Em relação a atuação dos profissionais da ponta, ficou evidente como produzem conteúdo próprio, como se organizam como profissionais e equipes multiprofissionais para informar que a Maré existe, que podem e querem

reverter essa precarização e violência que os espaços de favela sofrem. Desse modo, é importante considerar a Maré como um espaço social de produção acadêmica e social, com seus projetos e instituições espalhados pelas dezesseis favelas que compõem o Complexo da Maré, moradores e trabalhadores atuam em constante articulação por seus direitos.

Dessa maneira, é importante destacar o papel fundamental das entrevistas, as participantes contribuíram de forma qualitativa para a construção deste trabalho, ressaltando a importância da pesquisa de campo como ferramenta para o enriquecimento acadêmico. Assim, ficou evidenciado que é com a pandemia de Covid-19 que o adoecimento e a saúde mental entram em pauta para serem discutidos.

Por fim, a reflexão que foi apresentada, trouxe a importância do estudo de espaços de favela, da militarização e dos confrontos armados que as pessoas que residem e trabalham sofrem, que esse adoecimento psíquico possui relação com o território. Desse modo, identifiquei os limites e possibilidades que o Serviço Social possui enquanto profissão e a articulação entre teoria e prática.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Suely. Violência e direitos humanos no Brasil. **Revista Praia Vermelha**. Ética e direitos humanos. 11. Jun-Dez, 2004, p.40-66.

ANTUNES, Ricardo. Neoliberalismo, reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**. Ano li, N° 2 e Ano 111, N° 3 - 2001-2002. Disponível in: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/25497/neoliberalismo_reestruturacao_produtiva_mudancas.pdf Acesso em: 5 ago. 2024.

BORSOI, Izabel. Da relação entre trabalho e saúde à relação entre trabalho e saúde mental. **Psicologia & Sociedade**. vol.19, nº1, 2007, p.103-111. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3093/309326396014.pdf> Acesso em: 24 nov. 2024.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Artigo 144**. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/busca?q=artigo+144+da+constituicao+federal+de+1.988&utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=lr_dsa_legislacao&utm_term=&utm_content=legislacao&campaign=true&gad_source=1&gclid=CjwKCAiA65m7BhAwEiwAAgu4JLWymwMt3YU4Z1hHcnH0dXu_wzoBuelogs04r7GUXlr-KS79XNqogaBoC1B0QAvD_BwE Acesso em: 21 dez. 2024.

BRASIL, Lei nº 11.343, de 23 de Agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad. Brasil, Câmara Municipal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm Acesso em: 27 nov. 2024.

CABRAL, Lucineide Luana. A atuação do/da assistente social na saúde: reflexões sobre os impactos do neoliberalismo e da pandemia de covid-19 no cotidiano de trabalho. **Trabalho de Conclusão de Curso**, Escola de Serviço Social, 2023.

CAMPOS, Maiara. Trabalho, alienação e adoecimento mental: as metamorfoses no mundo do trabalho e seus reflexos na saúde mental dos trabalhadores. Universidade Estadual do Ceará - UFC, Brasil. 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3211/321154298013/> Acessado em: 5 ago.2024.

CASTELO, Rodrigo. Supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potência econômica. ANDES-SN, 2017, **Universidade e Sociedade** nº6, p.58-69.

CASTILHO, Daniela; LEMOS, Esther. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. **Revista Katálysis**, 24(2), 2021,

p.269-279. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/TyMKscqwjWfwpbScmWpwCvc/?lang=pt> Acesso em: 4 ago. 2024.

COFEN, Conselho Federal de Enfermagem. Brasil vive uma segunda pandemia, agora na saúde mental. 2022. Disponível

em: <https://www.cofen.gov.br/brasil-enfrenta-uma-segunda-pandemia-agora-na-saude-mental/> Acesso em: 24 nov. 2024

DIEESE, Pesquisa nacional da cesta básica de alimentos. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html> . Acesso em: 10 jun. 2024.

GLOBO, Porque o Brasil tem a população mais ansiosa do mundo. Fev, 2023. Disponível em:

<https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/02/27/por-que-o-brasil-tem-a-populacao-mais-ansiosa-do-mundo.ghtml> . Acesso em: 10 nov. 2023

GOUVEIA, Raquel. Em tempos sombrios, vamos falar de saúde mental. **Le Monde diplomatique Brasil**. 2021.

Disponível em: <https://diplomatique.org.br/em-tempo-sombrios-vamos-falar-de-saude-mental/> . Acesso em: 21 nov. 2023.

GOUVEIA, Raquel. **Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão**. 1º ed., São Paulo: Hucitec, 2023.

GONÇALVES, Mailson; CHAGAS, Eduardo. Teoria da Violência em Marx.

Revista Dialectus. Ano 9, nº16. Jan- Abril, 2020, p.52-64. Disponível em:

https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51512/1/2020_art_mbqcgon%c3%a7alvesefchagas.pdf Acesso em: 21 nov. 2024.

HAYEK, Friedrich. O caminho da servidão. tradução e revisão Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. — 5. ed. — Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica** - 41 ed.

São Paulo: Editora Cortez, 2006.

JORNAL EXTRA, Rio teve operações com caveirão voador a cada quatro dias em 2018. Disponível em:

<https://extra.globo.com/casos-de-policia/rio-teve-operacoes-com-caveirao-voador-cada-quatro-dias-em-2018-23790068.html> . Acesso em: 18 out. 2024

KILDUFF, Fernanda; OLIVEIRA, Mariana; MAIA, Viviane. Segurança pública no Rio de Janeiro: reflexões sobre a militarização da vida. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/31330/22439>. Acesso em: 6 out. 2023

LAURELL, Asa. A saúde-doença como processo social. 'La salud-enfermedad

como processo social'. **Revista Latinoamericana de Salud**, México, 2, 1982, pág. 7-25. Trad. E.D.Nunes.

LIMA, Maria Elizabeth. Trabalho e saúde mental no contexto contemporâneo de trabalho: possibilidades e limites de ação. **Trabalho e saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século xxi**. São Paulo, 2021. Capítulo 5, p.161-171.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril cultural, 1982.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política uma introdução crítica**. 8ª ed. São Paulo:Cortez, 2012.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, Atendimento em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Rio de Janeiro, dez, 2022, não paginado. Disponível em: <https://carioca.rio/servicos/atendimento-em-centros-de-atencao-psicossocial-caps/> Acesso em: 24 de nov. 2024

RIBEIRO, Eduardo; SOARES, Luiz; KRENZINGER, Miriam. **Tipos de governança criminal: estudo comparativo a partir dos casos da Maré**. In: Revista Dilemas - Rio de Janeiro - Edição Especial nº 4 - 2022 - p.559-588.

REDES DA MARÉ, Ação civil pública. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: [edesdamare.org.br/br/info/49/acao-civil-publica-da-mare#:~:text=A%20Ação%20Civil%20Pública%20da%20Maré%20é%20a%201ª%20ação,riscos%20duras%20as%20operações%20policiais](https://redesdamare.org.br/br/info/49/acao-civil-publica-da-mare#:~:text=A%20Ação%20Civil%20Pública%20da%20Maré%20é%20a%201ª%20ação,riscos%20duras%20as%20operações%20policiais). Acesso em: 22 nov. 2024.

REDES DA MARÉ, Boletim direito à segurança pública na Maré 2023. 8ª edição. Disponível em: https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/boletim_dados_2023.pdf Acesso em: 5 set. 2023.

REDES DA MARÉ, Boletim de monitoramento e enfrentamento às violências nas favelas da Maré , Rio de Janeiro, 2ª edição,2022- 2023, p.1-27.

REDES DA MARÉ, Censo populacional da Maré 2020. Disponível em: https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CensoMare_WEB_04MAI.pdf Acesso em: 18 out. 2024.

SANTOS, Alexandre Costa. O racismo institucional na política de segurança pública do governo Witzel e o genocídio do povo negro. O caso da favela da Maré. **Trabalho de conclusão de curso**, Escola de Serviço Social, 2021.

SANTOS, Ana Cristina; SANTOS, Vaneide; SILVA, Roberta; BEZERRA, Kassandra; CONSERVA, Marinalva. Os impactos das reformas no “governo Temer” para as políticas sociais. II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis– 23 a 25 de outubro de 2017. p.1-10.

SERRA, Carlos Henrique; SOUZA, Luís Antonio; CIRILLO, Fernanda. Guerra

às drogas no Brasil contemporâneo: proibicionismo, punitivismo e militarização da segurança pública. **Programa de pós graduação em ciências sociais** - UFJF - v.15 - n.2 Julho-2020. p.92-103.

SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Márcia. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?. Sociedade e Estado. Brasília, v.22, nº3, Set-Dez,2007, p.545-591. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/bF6jffXLc7dtKTw6QZnmNrs/#> Acesso em: 4 mar. 2024.

SOUZA, Bruna da Silva. Processos saúde-doença e militarização da segurança pública: reflexões sobre a qualidade de vida da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Escola de Serviço Social, 2021.

VICENTE, Damares. Desgaste mental de assistentes sociais: um estudo da área da habitação. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.123, Jul - Set, 2015, p.562-581. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/DWKb5jXrBfHBKF7dd68vs9k/?lang=pt#> Acesso em: 21 nov. 2024.

APÊNDICE:

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DAS ENTREVISTAS:

1- Você pensa que seu desempenho profissional como assistente social no território da Maré, causa adoecimento? Sim/Não. Justifique sua resposta.

2- Qual a experiência em relação a confrontos armados que mais te marcou, em termos profissionais e também pessoais?

3- Você identifica um crescimento de adoecimento/sofrimento mental no seu trabalho? Você considera que a militarização pode estar relacionada? Explique.

4- Os atendimentos atravessados por questões de saúde mental tem aumentado? Em qual periodicidade?

5- Como você relaciona saúde mental e a sua vivência ou atuação profissional em território de favela? Quais os principais motivos de adoecimento de moradoras/es?